

UFRB

Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**

**A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADA
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO
MUNICÍPIO DE MARAGOJIPE E SUA INFLUÊNCIA PARA
COMUNIDADE LOCAL.**

RITA DE CÁSSIA FALCÃO BORJA CORREIA

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA

DEZEMBRO - 2012

**A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADA
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO
MUNICÍPIO DE MARAGOJIPE E SUA INFLUÊNCIA PARA
COMUNIDADE LOCAL**

RITA DE CÁSSIA FALCÃO BORJA CORREIA

Dissertação submetida ao Colegiado de Curso do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Gestão Pública e Segurança Social.

Orientador: Prof. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA E
SEGURANÇA SOCIAL
CRUZ DAS ALMAS-BAHIA- 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

C824c Correia, Rita de Cássia Falcão Borja

A concepção de educação ambiental implementada nas escolas municipais de ensino fundamental do município de Maragogipe e sua influência para comunidade local / Rita de Cássia Falcão Borja Correia. – Cruz das Almas/BA : UFRB, 2012.

67 f.

Orientador: Prof. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez.

Mestrado (Dissertação) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Pública e Segurança Social, 2012.

1. Educação ambiental 2. Escolas 3. Concepção I. Mendez, Jesus Manuel Delgado II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Pública e Segurança Social IV. Título.

CDD 363.7

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E SEGURANÇA SOCIAL**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
RITA DE CÁSSIA FALCÃO BORJA CORREIA**

Prof. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

(Orientador)

Prof. Dr. Renato de Almeida

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Sérgio Roberto Lemos de Carvalho

Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA

Dissertação homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em,
conferindo o Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social
em

DEDICO:

Aos meus queridos pais Mário George Falcão Borja, *in memoriam*, e Silvanira Silva Falcão Borja por sua força, coragem e determinação que fizeram da minha vida algo especial, carrego as lembranças de um passado cheio de amor, atenção e valores que jamais serão esquecidos.

OFEREÇO:

Aos meus filhos e esposo, Domingos Correia, que com compreensão entenderam os momentos de trabalho e dedicação para realização de mais uma etapa de minha vida.

A minha irmã Maria Ângela, sempre um ombro amigo, para secar as minhas lágrimas nos momentos de solidão.

A minha amiga, querida, Ivete Castro Santos que me ajudou nos momentos de ansiedade e incertezas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por nos proporcionar a vida, e pela dádiva da criação "Porque dele, e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente". (Rm 11:36)

As nossas famílias por todo ensinamento, compreensão e paciência.

Aos professores do Mestrado que com sabedoria e competência nos proporcionaram momentos de prazer, conhecimento, interação, dialógica, construindo em nós um espírito transformador, parafraseando Platão: "A boa educação dá ao corpo e à alma toda beleza e perfeição de que são capazes"

Ao meu querido orientador, Prof^o Dr. Jesus Delgado, pela paciência, e grande ajuda durante a fase de pesquisa que possibilitou a compreensão dessa área de conhecimento que tanto nos apaixonou.

E finalmente aos meus colegas e companheiros nessa jornada.

SUMÁRIO

Página

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....10

Capítulo 1

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DICOTOMIA INSUSTENTÁVEL.....17

Capítulo 2

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MARAGOJIPE E SUA
INFLUÊNCIA PARA A COMUNIDADE LOCAL.....40

CONSIDERAÇÕES FINAIS65

ANEXOS67

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Autor: Rita de Cássia Falcão Borja Correia

Orientador: Prof^o. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez

RESUMO: As questões socioambientais constituem, atualmente, uma das dimensões mais complexas do mundo capitalista e globalizado. Como resposta à crise ambiental, passou-se a ser debatido no cenário internacional e nacional a problematização das relações estabelecidas do homem com a natureza e as consequências desse processo para o meio ambiente. Nesse cenário, surge a educação ambiental como instância dialógica da sociedade, por meio do qual os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais capazes de intervir nesse processo, na busca de soluções para mitigar os impactos negativos dessa relação. Nessa perspectiva, essa pesquisa buscou identificar a concepção de educação ambiental implementada nas escolas de ensino fundamental, da Rede Municipal de Ensino, do Município de Maragogipe, no estado da Bahia e sua influência na comunidade local.

Palavras-chaves: Escolas. Concepção.

ENVIRONMENTAL EDUCATION

Author: Rita de Cássia Falcão Borja Correia

Adviser: Prof^o. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez

ABSTRACT: The environmental issues are currently one of the most complex dimensions of the capitalist world. In response to the environmental crisis, the international and national questioning of established relationships between man and nature and consequences of this process for the environment, it just started. In this scenario, there is the environmental education as an instance of dialogic society, through which individuals and the collectivity build social values able to intervene in this process, finding solutions to mitigate the negative impacts of this relationship. In this perspective, this research sought to identify the design implemented environmental education in elementary Municipal Schools of the City of Maragogipe in the state of Bahia, Brazil, and its influence in the local community.

Keywords: Schools. Conception.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental é um processo recente na estrutura do sistema educacional, precisamente, destaca-se a década de 70 como um dos marcos históricos culturais, mundial, desse processo da institucionalização do capital ambiental, e das concepções construídas sobre a complexidade dessa temática.

As questões socioambientais constituem, atualmente, uma das dimensões mais complexas do mundo globalizado e capitalista. Os fatores econômicos norteiam as ações políticas e os conflitos existentes na sociedade, em que a exploração do meio ambiente, na produção das riquezas, é o modelo adotado para o protagonismo do chamado crescimento econômico e suas consequências sociais. Os agenciadores desse processo reduzem as relações com o meio ambiente como relações mercantis, mediadas pelo acúmulo de capital/dinheiro. Assim, o desenvolvimento cultural e político vão se moldando a essa concepção no decorrer da história capitalista. O Estado e outras instituições sociais referendam essa ideologia que integra o cenário mundial.

Entretanto, como resposta à crise ambiental passou-se a ser debatida, a problematização das relações do homem com a natureza e questões como: a destruição da camada de ozônio; fatores climáticos; diminuição da biodiversidade; a escassez da água; emissão de gás carbônico na atmosfera; o desenvolvimento com sustentabilidade; efetivação do processo de degradação ambiental, entre outros temas relacionados à temática.

Salienta-se, que tais reflexões passaram a ser questionadas, entre outros marcos históricos que produziram impactos ambientais, a partir da segunda metade do século XX com a segunda guerra mundial, momento em que o poder de destruição causados pelas bombas atômicas colocaram em xeque a preservação do homem e seu poder de destruição, conforme ratifica Lima (2011):

Historicamente, as bombas atômicas lançadas sobre o Japão, que marcaram o fim da segunda guerra mundial, e os testes nucleares realizados pela União Soviética, pelos Estados Unidos, pela Grã-

Bretanha e pela França no período dos pós-guerra representaram o primeiro problema ambiental global e se transformaram em marco no desenvolvimento da questão ambiental global e na história do ambientalismo. (Worster 1977; Grun 1996; Mc Cormick 1992; apud LIMA, 2011, p. 28)

Enfatiza-se que apesar desse novo marco, referente à temática ambiental, a sociedade pós-guerra se norteou nos pilares da industrialização e crescimento econômico, nos países capitalistas, e até mesmo nos países socialistas; na produção e consumo, não considerando os impactos desse processo no meio ambiente, e as possíveis consequências para gerações futuras, como exemplifica Leff (2011):

A crise ambiental se torna evidente nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico. Desta maneira, inicia-se o debate teórico e político para valorizar a natureza e internalizar as “externalidades socioambientais” ao sistema econômico. (LEFF, 2011, p. 16)

Ressalta-se, ainda, que o Brasil pós-guerra foi marcado pela expansão industrial, e por um modelo tecnológico predatório, legitimando as desigualdades sociais e a degradação ambiental.

Pode-se dizer, também, que a história do homem no planeta sempre foi marcada por um processo de dominar técnicas e tecnologias para estabelecer sua relação de dominação sobre a natureza, colocando-se em um status superior, não se percebendo enquanto parte dela, mas em uma relação de poder e direito de explorar seus recursos naturais, indiscriminadamente, uma visão antropocêntrica que se estabeleceu na sociedade.

Percebe-se que desse processo de exploração constante dos recursos naturais, surge à necessidade de mudanças nessa relação predatória. Assim, a partir da última metade da década de 60 as preocupações com as questões ambientais no mundo se intensificaram, como também, a busca por soluções para mitigar os problemas ambientais oriundos de um modelo de modernidade norteado pelo predomínio do desenvolvimento tecnológico sobre a organização da natureza. Logo, a educação ambiental é concebida como uma ferramenta

indispensável para efetivação do processo de mudança comportamental do homem para com o planeta; um saber capaz de reintegrar novos valores.

Destacam-se como marco histórico desse processo de institucionalização acerca da problemática ambiental mundial: a publicação do livro *Primavera Silenciosa* da jornalista norte-americana Rachel Carson em 1962; a fundação do Clube de Roma em 1968, em que se discutiram as questões econômicas e ambientais; a realização da I Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano em 1972, Estocolmo - Suécia, dando origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, como também, ao Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA; a realização da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em 1977, Tbilisi – Geórgia (ex-URSS), em que estabeleceram as estratégias para desenvolvimento da educação ambiental no mundo e o ensino formal como instrumento norteador desse processo; a realização da Conferência Internacional da UNESCO-PNUMA, em 1987, Moscou, discutiram a educação e formação ambiental, as ações internacionais no campo ambiental para efetivação desse processo; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e desenvolvimento, em 1992, Rio de Janeiro – Brasil, em que se elaborou a Agenda 21, como também, a Carta Brasileira para a Educação Ambiental e o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Salienta-se, que esse tratado estabeleceu as ações para efetivamente ratificar a importância da educação ambiental nesse processo de mudança comportamental do homem sobre o meio ambiente.

Ressalta-se, ainda, que as primeiras experiências relacionadas à educação ambiental foram norteadas em favor da conservação da natureza e contra a devastação, o enfoque dominante de caráter naturalista e as temáticas inseridas no ensino de ciências e alguns casos integradas no ensino de geografia.

Essa concepção naturalista, no Brasil dos anos 70, estabeleceu-se referendada pela história política do país, época da ditadura militar, assim era conveniente restringir o debate político e as ações coletivas. As temáticas sociais e ambientais não faziam parte da pauta educacional. Logo, nesse período, o

desenvolvimento da educação ambiental só poderia ser estabelecido pelo enfoque do naturalismo, segregado das questões socioeconômicas e políticas.

Na década de 80, com o processo de redemocratização do país os debates em torno das questões ambientais avançaram, observa-se a publicação da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente, e posteriormente a publicação da nova Carta Magna em 1988, a qual fortaleceu esse processo de consolidação da importância da temática ambiental.

Segundo o art. 225, caput da Constituição de 1988, todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para Sirvinkas (2013) a expressão meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser interpretada conciliando o binômio; desenvolvimento (art. 170, VI da CF) versus meio ambiente (art. 225, caput, da CF). Assim, compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-se as suas interrelações particulares a cada contexto sociocultural, político econômico e ecológico, dentro de uma dimensão tempo/espaço.

Na década de 90, intensificaram-se as discussões sobre a questão da Educação Ambiental, culminando em seu reconhecimento no cenário nacional, cujo ápice foi a formulação da Lei 9.795/99 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Assim, a Educação Ambiental é definida como:

O processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (ARTIGO 1º, Lei 9795/99)

A Lei estabelece, ainda, que educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, de maneira integrada aos programas educacionais, norteada por princípios humanista, holístico, democrático e participativo, com enfoque na sustentabilidade, em concepções pedagógicas, na perspectiva, da inter, multi e transdisciplinaridade, articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

Apesar da Lei trazer essa perspectiva, esses princípios supracitados, ainda não estão consolidados nas escolas e constituem um grande desafio para educação ambiental no país, como afirmam Ruscheinsky e Mota (2008) que não bastam alterar interesses enraizados e práticas consagradas (referindo-se a Lei 9795/99), é necessário buscar uma sociedade democrática e socialmente justa, desvelar as condições de opressão social.

Entretanto, observa-se que a Lei 9795/1999 estabelece um novo paradigma educacional, uma visão mais complexa da inserção da educação ambiental no processo ensino aprendizagem, uma ruptura com a fragmentação do saber, um visão holística do processo, corroborando com o pensamento de Morin (2002):

Ora, o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar. (MORIN, 2002, p.15)

Morin (2002) ressalta que na escola primária nos ensinam a isolar os objetos de seu meio ambiente, a separar as disciplinas, a dissociar os problemas, em vez de reunir e integrar. Obrigando-nos a reduzir o complexo ao simples, a separar o que está ligado, a decompor e não recompor, a eliminar tudo que causa desordens ou contradições em nosso entendimento.

Percebe-se com essa abordagem de Morin a importância da praxis pedagógica, nas séries de educação básica para a construção do pensamento do

educando contextualizado, o qual irá refletir na sua formação acadêmica e nas suas relações socioambientais, como diz Libanio (2001):

O edifício da educação ostenta a visibilidade por meio do pensar, do fazer, do conviver, do ser e do discernir ao longo da vida da pessoa. No entanto, ele se sustenta sobre o alicerce profundo e sólido construído nos anos iniciais da formação. É ele que permite acesso a sempre novos andares do saber, do viver, da ação. (LIBANIO, 2001, p. 15)

Nessa perspectiva, essa pesquisa visa identificar a concepção de educação ambiental implementada nas escolas de ensino fundamental, da Rede Municipal de Ensino, do Município de Maragogipe, no estado da Bahia e sua influência na comunidade local.

Este trabalho é apresentado em dois capítulos. O primeiro tratado seguinte tema: Educação Ambiental, dicotomia insustentável, e o segundo trata sobre a concepção de Educação ambiental implementada nas escolas municipais de ensino fundamental do Município de Maragogipe/BA e sua influência para comunidade local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 1988. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, Assembleia Nacional Constituinte, 292 p.

BRASIL. Lei n. 9.976 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011

LIBANIO, João Batista. **A arte de formar-se**. São Paulo: Loyola, 2001.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental: formação, identidade e desafios**. São Paulo: Papirus, 2011.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar, reformar o pensamento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2002

RUSCHEINSKY, A; MOTA L. L. **Na prática social compreender abordagens ambientais**. Revista Espaço Acadêmico, nº 82, março de 2008, p.1-6. Disponível em [http:// www.espacoacademico.com.br/082/82ruscheinsky.htm](http://www.espacoacademico.com.br/082/82ruscheinsky.htm)

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual do direito ambiental**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2013

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DICOTOMIA INSUSTENTÁVEL¹

¹Artigo a ser ajustado para submissão ao Comitê Editorial do periódico científico: Revista de Mestrado em Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DICOTOMIA INSUSTENTÁVEL

Autor: Rita de Cássia Falcão Borja Correia
Orientador: Prof^o. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez

RESUMO: A educação como uma instância dialética da sociedade não está desvinculada das interações sociais historicamente construídas pelos indivíduos, os valores, princípios, costumes e concepções que norteiam o agir do homem sobre o meio ambiente. Conceber a educação ambiental como parte de um saber específico da educação, fragmentada, e dicotomizá-la neste processo é negar o papel prioritário à educação, ao desenvolvimento humano e sua importância para formação do cidadão. O artigo apresenta uma reflexão sobre o papel da Educação Ambiental nas escolas e o porquê da mesma ser tratada como um apêndice nas práticas educativas, uma parte de um todo, a qual deveria estar imbricada como agente propulsor do desenvolvimento humano, e da responsabilidade social. Constatou-se então, a necessidade de uma ação educativa que tenha mais efetividade e aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, nos espaços conhecidos como: escolas, instituições e academias, que considere a realidade vivenciada pelo educando, que tenha um compromisso com a sociedade, com a pátria e com o planeta; um pensar crítico sobre a importância do papel da educação ambiental na formação do indivíduo. Concluiu-se que a educação é o instrumento emancipatório da sociedade e deve ser concebida com uma ação política que envolva a todos, pois propõe um pensar crítico e ativo para com o homem, com a comunidade e com o planeta a noção da responsabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Fragmentação. Desenvolvimento

EDUCATION ENVIRONMENTAL DICHOTOMY UNSUSTAINABL

Author: Rita de Cássia Falcão Borja Correia

Adviser: Prof^o. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez

ABSTRACT: Education as adialecticinstance of society is not relieved of interactions socially constructed by individuals, values, principles, customs and conceptions that guide the action of man on the environment. Designing environmental education as part of a specific knowledge of education, fragmented and dichotomized process is to deny the role priority to education, human development and its importance for formation of the citizen. Through literature, this paper aims to reflect the role of environmental education in schools and why the same be treated as an appendix in educational practices, part of a whole, which should be intertwined as propellant of human development, and social responsibility. It was noted the need for an educational activity that has more effectiveness and applicability of the knowledge acquired in the spaces known with schools, academies and institutions, to consider the reality experienced by the student, who has a commitment to society, with the homeland and with the planet, a critical thinking about the important role of environmental education in the formation of the individual. We conclude that education is the instrument to emancipate society and must be designed as political action involving everyone, because it proposes a criticaland active thinking to man, with the community, the planet, the notion of social responsibility.

KEYWORDS: Fragmentation. Development

INTRODUÇÃO

A ideia de que é possível compreender as relações entre os homens se compreendermos a sociedade que subjetivamente incorpora no indivíduo valores e comportamentos, e os obriga, em níveis diversos, a agir de acordo com as regras já impostas em cada época, leva-nos a refletir sobre o papel da educação no processo de formação do indivíduo na sociedade e sua relação com o meio ambiente.

Simultaneamente, constitui-se um grande desafio enfrentado pela Educação pós-moderna, conceber o processo educativo não como uma realidade estanque, mas como uma realidade contínua, diária e progressiva, que não se dá de forma única e descontextualizada da vivência do educando e sim como um processo de interação entre o homem e o meio ambiente, em sua dimensão humana, cognitiva, emocional, ética, socioeconômica, socioambiental, sociopolítica e cultural.

Assim, a educação desempenha um grande papel na construção dessas relações sociais, pois, das mediações (formal ou informal) vivenciadas pelo educando é que ocorre o desenvolvimento cognitivo, as quais irão influenciar e nortear seu agir crítico na sociedade.

A sociedade vem enfrentando problemas socioambientais de alta complexibilidade que não podem ser resolvidos por uma educação reducionista e disciplinar, pois tem uma multiplicidade de dimensões: social, econômica, psicológica, ecológica, cultural, política, filosófica e ética que exigem uma abordagem complexa e holística do processo. A educação proveniente de uma abordagem simplista e uma compreensão dicotômica da realidade, que tende a separar o conhecimento e a compreensão das relações do homem com seu próximo e com meio ambiente, não atende aos anseios da pós-modernidade.

Os problemas ambientais tornam-se, atualmente, um desafio para o mundo globalizado, uma questão de sobrevivência da humanidade. Como disse Comune (1994, p. 46): “Se no passado a economia condicionou a utilização do meio

ambiente, sem se preocupar com a degradação e exaustão dos seus recursos, atualmente parece ser o meio ambiente que deve condicionar a economia”.

A questão ambiental tem que ser entendida como produto da sociedade sobre a natureza; que diz respeito não apenas a problemas direcionados à natureza, porém às questões decorrentes da ação do ser humano. Como ratifica Rodrigues (1998):

Os problemas ecológicos parecem, à primeira vista, referir-se apenas às relações homem/natureza e não às relações dos homens entre si. É preciso, assim, ter cuidado para não ocultar a existência e as contradições de classes sociais para compreender a problemática ambiental em sua complexidade, pois os problemas ambientais dizem respeito à forma como o homem em sociedade se apropria da natureza. (ROBRIGUES, 1998, p. 14):

Segundo Reigota (1998) a educação ambiental não deve ser concebida de forma segregada no processo educativo. A tendência da educação ambiental escolar é de se tornar não só uma prática educativa, ou uma disciplina a mais no currículo, mas sim consolidar-se como uma filosofia de educação, presente em todas as disciplinas já existentes e possibilitar uma concepção mais ampla do papel da escola no contexto ecológico local e planetário contemporâneo.

As Instituições de ensino têm, assim, um grande desafio: repensar o ensino, pois sua dimensão é complexa e abrange diferentes aspectos sociopedagógicos. Os conhecimentos fragmentados só servem para uso técnico. Não conseguem conjugar-se para alimentar um pensamento capaz de considerar a situação humana no âmago da vida, na terra, no mundo, e de enfrentar os grandes desafios de nossa época. Não conseguimos integrar nosso conhecimento para a condução de nossas vidas. (Morin, 2002)

A educação nesse cenário de multiplicidade e diversidade tem uma perspectiva histórico-socioambiental e crítica que vai além dos muros das instituições de ensino, ou seja, articular os saberes adquiridos com os problemas sociais vivenciados: exclusão, corrupção, degradação ambiental, desemprego, violência, desmandos, etc., assim como, pensar a interconectividade e a

multiplicidade, a intersecção de sistemas ecológicos e sistemas sociais de forma complexa e não segregada. Daí a questão problema: por que a educação ambiental é tratada como um apêndice nas práticas educativas, uma parte de um todo, a qual deveria estar imbricada como agente propulsor do desenvolvimento humano e da responsabilidade social.

Há de se considerar, assim, que a educação ambiental deve ser concebida como a própria educação, não como uma parte dela, ou ser percebida a partir de uma problemática ambiental que conduza aceitação da mesma nas práticas pedagógicas, fragmentando seus conteúdos, a partir de várias temáticas como: lixo, recursos hídricos, desmatamento, queimadas, etc., o que leva a uma concepção de processos separados de Educação e Educação Ambiental, uma dicotomia desnecessária.

Este artigo tem como objetivo analisar o papel da educação ambiental no contexto da educação formal, pois os problemas socioambientais são complexos e não devem ser pensados de forma reducionista e disciplinar.

Para tanto, optou-se pela pesquisa metodológica para realizar essa tarefa, qualitativa e descritiva, como os aportes teóricos de: Freire (1979), Comune (1994), Reigota (1998), Morin (2000 e 2002), Delors (2003), Sato (2005), Sampaio (2007), Lima (2011), entre outros.

Este artigo apresenta três segmentos. O primeiro traz uma reflexão sobre a educação escolar e os pressupostos que fragmentam o conhecimento e a realidade do educando; o segundo, busca analisar a educação ambiental como instrumento que possa levar o indivíduo a compreender sua humanidade e a refletir sobre sua condição de pertencimento com o planeta em que vive e o terceiro, tem por objetivo, destacar a relação entre Educação Ambiental (EA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como também, a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação.

Portanto, este artigo traz uma breve reflexão sobre o papel da educação ambiental na sociedade e sua dialética com a realidade vivenciada do educando.

Essas reflexões visam contribuir para uma concepção mais sistêmica do processo educativo do III milênio, cujo eixo central está no homem e sua relação com o meio ambiente.

1. Educação escolar: um ambiente para transformação

“Ensinar e aprender estão imbricados; logo, não se pode pensar em um se não está em relação com o outro.” (Fernández, 2001)

Durante muito tempo a educação foi privilégio de poucos, pois havia o medo de que o indivíduo que detivesse conhecimento pudesse aspirar a modificação do espaço social que lhe cabia. A natureza social e a função socializadora da educação escolar foram esquecidas e se evidenciava a função conservadora e reprodutora, que reduzia o educando a mero receptor dos valores culturais vigentes. No modelo tradicional de escola, o conhecimento é conteudista e o transmissor é apenas o responsável por esta transmissão, que enfatiza a resposta certa e o acúmulo de informações e fatos isolados para serem mecanizados e fixados através de várias repetições. Os fracassos decorrentes destes procedimentos recaem sobre os educandos.

De fato a educação tradicional sempre tratou a criança como um pequeno adulto, um ser que raciocina e pensa como nós, mas desprovido de conhecimento e experiência. Sendo a criança, assim, apenas um adulto ignorante, a tarefa do educador não era tanto a de formar o pensamento, mas sim, equipá-lo (...). O pensamento da criança é qualitativo diferente do nosso (...). (PIAGET 1976, apud SEBER, 1997, p.38)

Salienta-se que o ensino diretivista e tradicional, era visto como forma de controle e de manutenção da ordem social vigente. Desde o período colonial, essas relações eram evidentes e o resultado desse processo é uma das marcas que permanece ainda hoje, principalmente, com maior intensidade nos povos chamados do Terceiro Mundo, nas populações periféricas, sejam nos contextos urbanos ou rurais. Segundo Quijano (1994):

Las nuevas identidades históricas producidas sobre la base de la idea de raza, fueron asociadas a la naturaleza de los roles e lugares en la nueva estructura global de control del trabajo. Así, ambos elementos, raza y división del trabajo, quedaron estructuralmente asociados y reforzándose mutuamente, a pesar de que ninguno de los dos era necesariamente dependiente el uno del otro para existir o para cambiar. (QUIJANO, 1994, p.204).

Percebe-se que o controle de uma atividade laboral ou produtiva, associa-se ao capital, e conseqüentemente há disseminação da ideologia da classe hegemônica sobre determinado população ou grupo. Sendo detentor do capital, o Estado referencia seu controle através de seus aparelhos ideológicos de reprodução, sobressaindo-se às instituições de ensino.

A sociedade mudou. O acesso às novas tecnologias transformou os meios de comunicação e a informação passou a ser transmitida instantaneamente. A globalização dos mercados derrubou fronteiras permitindo o acesso aos diversos tipos de conhecimento. A escola por ter sido durante muito tempo responsável pela transmissão de conhecimentos precisou adaptar-se a esta nova realidade, promovendo mudanças que se tornaram mais difíceis, porque envolvem um número grande de pessoas acomodadas durante muito tempo a um antigo sistema. O pensamento atual é de resignificar o ensino-aprendizagem, estimular o raciocínio através da reflexão, onde o ensino é um convite à exploração e à descoberta, onde o erro passa a ser visto como uma tentativa em busca do acerto (hipóteses a serem exploradas). É preciso que os objetivos da escola estejam explícitos para que este processo seja devidamente acompanhado.

Os objetivos gerais da educação escolar devem basear-se e contribuir para o desenvolvimento psicológico e social do aluno (...) deve permitir-lhe entender, explicar racionalmente e agir sobre os fenômenos naturais e sociais(...) deve contribuir para tornar o aluno um indivíduo autônomo, crítico e capaz de se relacionar positivamente com os outros, cooperando com eles. (DELVAL, 1998, p. 70)

Os educadores devem estar articulados com a compreensão dos fatos e fenômenos que nos rodeiam, saber que temos a possibilidade de modificarmos o mundo e de sermos modificados por ele, como afirmam Maturana; Varela (2001):

Mais uma vez temos que caminhar sobre o fio da navalha, evitando os extremos representacional (ou objetivista) e solipsista (ou idealista). Nessa trilha mediana, encontramos a regularidade do mundo que experienciamos, a cada momento, mais sem nenhum ponto de referência independente de nós mesmo, que nos garanta a estabilidade absoluto que gostaríamos de atribuir às nossas descrições. (MATURANA; VARELA, 2001, p. 263)

A escola deve adequar sua organização, atividades e conteúdos ao desenvolvimento psicológico, cognitivo, afetivo e social do indivíduo que pretende formar, pois ao tomar posse dos conhecimentos adquiridos no processo de ensino aprendizagem, o educando passa a utilizá-lo com instrumento pessoal de pensamento e ação no mundo, estabelecendo o processo de constituição da subjetividade a partir de situações de intersubjetividade, como esclarece Vygotsky (1984):

A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para psicologia humana. (VYGOTSKY, 1984, p.65)

Como o próprio Vigotsky (1988) concebia que o meio social e cultural é que dispõem dos signos e dos sistemas de signos necessários para formar os processos psicológicos superiores, pois o desenvolvimento individual consiste, em boa parte, no acesso progressivo e esses signos e sistemas de signos ou, em outras palavras, na aprendizagem progressiva dos signos e da sua utilização.

Logo, a escola deve entender o conhecimento não como um saber inútil, ou apenas agregador de informações, mas que possa ter aplicabilidade social. Tem que tratar a educação como um processo socializante que produza homens livres, porque ao utilizar uma forma de pensar restrita, rígida, submissa e padronizada não satisfaz as exigências do mundo globalizado e conflitante, com problemas políticos, econômicos e socioambientais, que precisa de indivíduos com iniciativa, críticos e que assumam riscos e busquem soluções.

Conceber o educando como um ser social e suas relações devem ser pensadas dentro do contexto da sociedade, em que nasce e vive, pois seu desenvolvimento é moldado a partir das diversas determinações sociais, conforme explica Piaget (1977):

Se tomarmos a noção do social nos diferentes sentidos do termo, isto é, englobando tanto as tendências hereditárias que nos levam à vida em comum e à imitação, como as relações “exteriores” (no sentido de Durkheim) dos indivíduos entre eles, não se pode negar que, desde o nascimento, o desenvolvimento intelectual é, simultaneamente, obra da sociedade e do indivíduo. (PIAGET, 1977, p.242)

Este novo desafio que as instituições de ensino e educadores devem enfrentar com relacionar as relações sociais e ambientais, dentro de uma perspectiva complexa, com os estágios do processo educativo, como refuta Leff (2011):

A epistemologia genética (Piaget) abriu um importante campo de estudo para entender o processo psicogenético de aquisição de conceitos - do mais simples aos mais complexos – pela criança. O desafio que se coloca à pedagogia ambiental é o de formar o ser humano, desde a infância e juventude, com um espírito crítico e construtivo, estimulando antes sua criatividade do que submetendo-o aos desígnios de um mundo automatizado, armado por pedaços (bits) de informação, concatenado e encadeado pela tecnologia a uma ordem econômica supra-humana. Trata-se de ensinar a perceber e internalizar a complexidade, diversidade e potencialidades do ambiente, face à fragmentação da realidade posta a serviço da exploração da natureza e da dominação do homem. (LEFF, 2011, p. 259)

Entretanto, a escola necessita contextualizar seus conteúdos como forma de motivar o processo ensino-aprendizagem, afastar o conhecimento do estritamente registrado nos livros e passar a valorizar problemas e explorar a realidade do educando, despertando seu interesse por aquilo que aprende e não por causa de estímulos extras para alcançar as possíveis recompensas; exercer seu papel transformador, político e crítico, em busca da diminuição das desigualdades sociais, econômicas e de soluções para os problemas ambientais.

Não se esquecer que através da aprendizagem, o sujeito é inserido, de forma mais organizada, no mundo cultural e simbólico, que o incorpora a sociedade. De qualquer modo a escola é produto da sociedade em que o sujeito vive e participa da inclusão nessa mesma sociedade.

A escola seria responsável pelo que o autor Jorge Visca (1990) denomina aprendizagem sistemática.

A aprendizagem sistemática é aquela que se opera na interação com as Instituições Educativas, mediadoras da sociedade. Estas Instituições provêm ao sujeito as aprendizagens instrumentais que irão permitir o acesso a níveis mais elaborados do pensamento. (VISCA, 1990, p.34)

As instituições de ensino devem repensar sua prática pedagógica, reavaliar a compartimentação das disciplinas no currículo como diz Morin (2002):

Devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada. (MORIN, 2002, p. 16)

Em sua estrutura tradicional, a escola se constituiu um espaço em que a fragmentação do conhecimento é bem explícita, a disposição do currículo favorece a função de disciplinas estanques, o que ocasiona a perda das noções de diversidade e multiplicidade. Entretanto, de acordo com Reigota (1998):

A escola tem sido historicamente o espaço indicado para a discussão e o aprendizado de vários temas urgentes e de atualidade, como resultado da sua importância na formação dos cidadãos. Evidentemente que a escola deve estar sempre aberta ao conhecimento, inquietações e propostas de sua época, e procurar consolidar inovações pedagógicas que contribuam para que a mesma continue cumprindo com seu papel social. (REIGOTA, 1998, p. 47)

Mas para que a ação educativa seja transformadora, é preciso rever o processo de ensino-aprendizagem (DELORS, 2003). Preparar o educando para saber como lidar desde questões simples às complexas, atuar no seu espaço com o sujeito protagonista desse ambiente (sua casa, sua pátria, o planeta terra). Como refuta Morin (2002):

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade. (MORIN, 2002, p. 65)

A sociedade passa por mudanças constantes, as informações mudam a cada dia, tornam-se instantâneas, e os paradigmas são construídos e desconstruídos rapidamente, a tecnologia propicia, através dos veículos de comunicação de massa, a mudança dos valores, costumes e princípios, convive-se com riscos e incertezas de um mundo globalizado e interconectado e materialista, em que o capitalismo norteia as práticas do indivíduo, suas representações individuais e sociais sobre o meio ambiente, desembocando no individualismo, na violência, no consumismo exacerbado, no egocentrismo, isso coloca em xeque o papel da educação, do educador, da escola no processo de construção e transformação da sociedade. Como evidencia Sampaio (2007):

O que fez a nossa civilização com todo o seu aparato científico e tecnológico? Em todos os cantos do mundo, tanto nos países do Terceiro Mundo quanto nos países desenvolvidos, as estatísticas apontam o aumento dos índices da violência, delinquência, depressão, suicídio, alcoolismo e drogas. Por que nos separamos tanto uns dos outros e da grande mãe terra? Onde está a sensibilidade para percebermos a beleza das coisas mais simples que nos cercam? Onde estão os sentimentos do amor, a ternura, o afeto, o respeito e a paz entre os homens? Onde estão os grandes ideais da educação? (SAMPAIO, 2007, p. 45)

Destarte, é necessário reformar as práticas pedagógicas e o pensar sobre a educação e ambiente, em todos os aspectos da sua multidisciplinaridade, sem fragmentação da realidade, dos conteúdos, da diversidade a qual está inserida, sem limitar enquanto parte de um todo, mas vê-la enquanto todo. Como enfatiza Morin (2002):

A exigida reforma do pensamento vai gerar um pensamento do contexto e do complexo. Vai gerar um pensamento que liga e enfrenta a incerteza.

O pensamento que une substituirá a casualidade linear e unidirecional por uma causalidade em círculo e multireferencial; corrigirá a rigidez da lógica clássica pelo diálogo capaz de conceber noções ao mesmo tempo complementar esse antagonistas, e completará o conhecimento da integração das partes em um todo, pelo reconhecimento da integração do todo no inteiro das partes. (MORIN, 2002, p. 92-93)

2. A Educação Ambiental (EA) e sua prática no ensino aprendizagem

Nas últimas décadas do século vinte a educação ambiental vem se constituindo em tema de grande importância no cenário educacional e social, sua institucionalização dentro da prática pedagógica, ainda, constitui-se um grande desafio para os atores sociais envolvidos nesse processo. Compreender sua implementação e seu crescimento na dinâmica educativa a partir da década de 70 e a ideologia que impulsionou a sua prática, torna-se, muitas vezes, uma tarefa hercúlea, pois são vários questionamentos e diferentes discursos/correntes que envolvem as temáticas ambientais, até mesmo no que concerne ao de conceito meio ambiente, que veio a ser mais abrangente em 1977 e desvinculado de um conceito voltado para biologia, assumindo o caráter socioambiental. Como esclarece Lopez (2003):

Já em 1977, a conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental da ONU (realizada em Tbilisi, Geórgia, parte da então URSS; ver Resoluções da mesma em Dias, 1993, p.63); assinalava que o “conceito de meio ambiente, abarca uma série de elementos naturais, criados pelo homem, e sociais”, e que os elementos sociais constituem um conjunto de valores culturais, morais e individuais, assim como de relações interpessoais na esfera do trabalho e das atividades de tempo livre” (...). Assim afirmava-se claramente uma ótica não biologicista do “meio ambiente” ao se dar a esse conceito um perfil nitidamente socioambiental. (LOPEZ, 2003, p. 41)

Cabe, também, enfatizar que educação ambiental passa a ser vista e pensada como uma prática para resolver os problemas oriundos da relação de

exploração do homem como a natureza, como também, para produção e reprodução do sistema, na busca desenfreada pelo crescimento da economia, no sistema capitalista globalizado, que diante da crise ambiental, que gerou impactos e mal estar individuais e sociais, a educação ambiental passa a ser a “panacéia” para mitigar os problemas e provocar o bem estar social. Como, também, evidencia Ruscheinsky (2012):

A educação ambiental de fecunda e em suas múltiplas abordagens se encontra na busca de fundamentos metodológicos para as práticas socioambientais e as decisões estratégicas para uma perspectiva ambientalista. Na diversidade das denominações localizamos os intuítos e ênfases que venham a dar conta das angústias cotidianas e do imaginário de educação ambiental. Nossa reflexão compreende que uma ótica teórica e metodológica fundamenta o âmbito das práticas socioambientais e reciprocamente. Ao suscitar explicações e fundamentação dessas práticas, iluminando-as, este alicerce teórico se conjuga com um processo de inovação (RUSCHEINSKY, 2012, p. 77)

Ruscheinsky (2012), também, ressalta que as instituições sociais se constituem em pilares importantes de legitimação da sociedade e, portanto representam um setor fundamental nas percepções e leituras que permeiam os horizontes dos indivíduos.

Percebe-se, então, a complexidade que envolve a temática ambiental e a dificuldade de se estabelecer uma prática pedagógica nas escolas que englobe a multiplicidade das reflexões e ações para conceber o que é educação ambiental e as estratégias para efetivá-la, não como uma disciplina fragmentada no currículo, ou como tema transversal, ou trabalhada com projetos estanques, muitas vezes distantes da realidade vivenciada pelo educando e suas mediações, que não produz eficácia social.

Entende-se que a EA é muito mais do que uma parte da educação (formal ou informal) representa um processo contínuo e gerador de transformação social, uma ação política.

(...) É preciso levar em conta não apenas o conjunto das múltiplas dimensões da realidade socioambientais, mas também das

diversas dimensões da pessoa que entra em relação com estas realidades, da globalidade e da complexidade de seu “ser-no-mundo”. O sentido “global” aqui é muito diferente de “planetário”; significa, antes, holístico, referindo-se à totalidade de cada ser, de cada realidade, e à rede de relações que une os seres entre si em conjunto onde eles adquirem sentido. (SAUVÉ, 2007, p. 27)

Sauvé (2007) ressalta, ainda, dentro desse contexto os diferentes paradigmas/correntes que são abordados no campo da educação ambiental:

(...) A noção de corrente refere-se aqui a uma maneira geral de conceber e de praticar a educação ambiental. Podem se incorporar, a uma mesma corrente, uma pluralidade e uma diversidade de preposições. Por outro lado, uma mesma proposição pode corresponder a duas ou três correntes diferentes, segundo o ângulo sob o qual é analisada. Finalmente, embora cada uma das correntes apresente um conjunto de características específicas que a distingue das outras, as correntes não são, no entanto, mutuamente excludentes em todos os planos: certas correntes compartilham características comuns. (SAUVÉ, 2007, p. 17)

Sauvé (2007), também, evidencia que existem 15 correntes de educação ambiental, as quais trazem uma sistematização que deve ser vista como proposta teórica e será vantajosa quanto se constituem em objeto de discussão e crítica.

Evidencia-se, assim, a tarefa difícil de estabelecer uma concepção de educação ambiental e uma prática pedagógica que corrobore para uma dialógica com a sociedade, em que suas ações possam estender-se além dos muros da educação sistematizada e institucionalizada nas escolas e academias, que envolvam os diferentes atores sociais, nas perspectivas, econômica, cultural, política, social e ética, na historicidade do indivíduo, enquanto sujeito transformador e crítico do seu espaço socioambiental. Como salienta Pérez (2007):

A educação ambiental não é uma tarefa inocente isenta de intencionalidades e propósitos, nem se trata de ensinar às crianças como o mundo anda mal, nem tampouco ocultá-lo. O acúmulo de conflitos, valores, culturas e idiossincrasias que cruzam nesta parcela de realidade, atribui ao ambiental um valor superestimado de complexidade epistemológica e um status disciplinar de singular riqueza, pois nele se encontra uma diversidade de interesses contrapostos, de ideologias contrárias,

de pressupostos filosóficos divergentes, de ética díspares e de práticas cotidianas muito desiguais e variadas. Esta heterogeneidade, evidentemente, não poderia ser entendida a partir da linearidade e da passividade de um modelo de pensamento simplista estritamente lógico-positivo que ignore subjetividades, significados, intenções e interesse. (PÉREZ, 2007, p. 180)

A educação ambiental não deve ser pensada e concebida apenas para os espaços que conhecemos como escolas, instituições, universidades, porém ocupar uma perspectiva de transcendência socioambiental.

Os modelos baseados em uma formação ambiental centrado excessivamente nos meios escolares, que têm como destinatários prioritários os meninos e meninas, contribuíram para que se façam extensivos os procedimentos, as formas de trabalho, as metodologias e os programas para outros contextos bem diferentes, levando a educação ambiental e as preocupações com o meio ambiente a uma espécie de sectarismo profissional e a um reducionismo metodológico, ideológico, epistemológico e disciplinar (...)", cujos redutos privilegiados foram os cenários acadêmicos, confiando em que a educação, além de encerrar um tesouro, possui a fórmula sagrada da mudança social e a transformação das consciências coletivas. Mas falando em termos práticos, quantos programas de trabalho dirigimos especificamente ao mundo da empresa, da administração, da política, da legislação, do transporte, da energia, da indústria ou da produção? Que espaço dedicamos em nossos eventos a estes outros mundos da realidade que são os que no final têm a chave do progresso e marcam o ritmo da evolução e da mudança em nossas sociedade? (PÉREZ, 2007,p. 179-180)

Daí a importância de se questionar a prática pedagógica realizada na Instituição Escolar, voltada para construção do conhecimento. Repensar a escola, significa analisar um processo que inclui questões metodológicas, relacionadas a socioculturais e ambientais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende na busca de melhoria das relações com a aprendizagem, assim como da excelência na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores. É dar-se ao professor e ao aluno um nível de autonomia na busca do conhecimento e, ao mesmo tempo, possibilitar uma postura crítica em relação à estrutura da escola e da sociedade que ela representa.

Deve-se buscar uma concepção de educação ambiental emancipatória, transformadora do seu espaço, que não se restrinja aos muros institucionais, mas que opte por ações políticas, econômicas, sociais e culturais que estabeleça a cidadania individual e coletiva, nas diversas dimensões da sociedade. Resignificar o conceito de integração social, sair da mesmice, do isolamento, da passividade científica para compreender os problemas sociais e buscar soluções inovadoras. Como estabelece Morin (2000):

Se a modernidade é definida como fé incondicional no progresso, na tecnologia, na ciência, no desenvolvimento econômico, então esta modernidade está morta [...] Todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão. O maior erro seria subestimar o problema do erro; a maior ilusão seria subestimar o problema da ilusão [...]. A educação deve mostrar que não há conhecimento que não esteja, em algum grau, ameaçado pelo erro e pela ilusão. (MORIN, 2000, p.19):

3. A Educação Ambiental (EA) e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional

A Lei nº. 9.394 sancionada pelo Presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, traça as novas diretrizes que regulamentam as bases da Educação Nacional. É da ação conjunta do texto constitucional e do contexto desta nova lei que nascem a política e o planejamento educacional brasileiro. É do funcionamento harmônico e independente destes códigos legais que depende o cotidiano das redes escolares e de todos os graus de ensino. O Art.º 87, da referida lei, institui a Década da Educação a iniciar-se um ano após a publicação da mesma.

Em seu Artigo 2º a LDB estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No estudo dos artigos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), percebe-se, ainda, a preocupação com a continuidade do processo ensino-aprendizagem quando torna obrigatória a gratuidade do ensino fundamental e a extensão progressiva da mesma ao ensino médio. E quando procura aproximar a comunidade e a família da escola, estabelecendo uma parceria no compromisso de uma gestão democrática, defendendo “o pluralismo de idéias, o confronto de concepções, sistemas e doutrinas na busca e investigação da verdade”. Na produção de um ensino de qualidade!

Enfatiza-se que a educação ambiental aparece pela primeira vez na legislação de modo integrado foi com a Lei 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do meio ambiente, posteriormente, a Constituição Federal de 1988 incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo VI. Entretanto, a Lei de Diretrizes e Base (LDB), instituída pela Lei 9.394 de 30/11/96, não estabeleceu nenhuma disposição sobre EA e sequer a cita expressamente. O legislador faz uma abordagem de modo indireto, propondo, apenas, em forma da temática meio ambiente. A LDB, em seu artigo 32, estabelece que o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (...) II – a compreensão do ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. Percebe-se que a LDB norteia a prática ambiental em uma perspectiva “naturalista” centrada na relação com a natureza (o ensino-aprendizagem voltado para aprender coisas sobre a natureza), um visão desvinculada das interações do homem em todas as dimensões (políticas, culturais, sociais, éticas, psicológicas, tecnológica, etc.). Existe uma fragmentação da temática ambiental, além do reducionismo do saber e de sua aplicabilidade, apenas na área da compreensão.

Salienta-se que a LDB não estabelece como será abordada a temática ambiental na prática pedagógica, a metodologia a ser utilizada, como também, não faz menção para outros níveis de educação (básica, médio e superior). No ensino superior (Art. 43, VI) a lei faz, apenas, uma citação em estimular o conhecimento do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, sem nenhuma interação com as questões socioambientais.

Evidencia-se que a LDB não incorporou os anseios nacionais e internacionais que procurava incluir a EA como instrumento de política pública relevante.

Observa-se, também, que numa análise prática da aplicação desta lei, há uma distorção entre a praxis pedagógica e o alcance das mesmas. A lei destaca o papel da escola no processo de formação do cidadão, conferindo-lhe uma grande autonomia de organização, mas peca ao deixar de considerar a formação do educador para efetivação do processo ensino-aprendizagem, como afirma Morin (2002, p. 101): “É nesse sentido que podemos responder à questão colocada por Karl Marx, em uma de suas teses sobre Feuerbach: “Quem educará os educadores?”.

Não basta a nova LDB ter estabelecido um prazo de dez anos para que, todos os professores de educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental tenham formação em nível superior. É preciso capacitar, investir na formação e aperfeiçoamento de todos, abrirem cada vez mais, espaço para uma aprendizagem voltada para a pesquisa, para reflexão, para aplicabilidade social, para a inter-poli-transdisciplinariedade. Em que o aprender contextualizado e significativo, tanto para o aprendiz quanto para o mestre, possa construir o saber através de um pensar vivenciado, através da busca motivadora para construção e transformação do meio em que vive, de sua realidade, tendendo para o exercício da cidadania planetária e para poder enfrentar os complexos desafios ambientais do mundo globalizado.

Destarte, é necessário a implementação de políticas públicas que visem a excelência do ensino, a formação de educadores, a priorização da educação em todos os níveis, ver a educação como um todo, nas suas dimensões, com instância transformadora, emancipatória e dialógica da sociedade, em que todos são sujeitos. Como afirma Freire (1979) para ser verdadeiramente humanista, tem que ser libertadora, tem que promover uma tomada de consciência por meio da conscientização. Não poderia ser, jamais, um esforço de caráter intelectualista e individualista e não acontece nos seres humanos isolados, mas nas relações de transformação.

CONCLUSÃO

A educação deve ser concebida com uma ação política que envolve todos os setores da sociedade, pois propõe um pensar crítico e ativo para com o homem, com a comunidade, com o planeta, a noção de responsabilidade de todos.

Nessa perspectiva a educação ambiental não deve ser concebida como um processo dicotômico da própria educação, ou seja, dois processos distintos. Os problemas socioambientais assumem um caráter sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo se efetiva de forma contextualizada com a realidade do educando, por uma postura dialógica dos atores sociais envolvidos nesse processo.

Assim, é importante que a educação ambiental, ou melhor, a educação nas escolas, permita uma prática pedagógica que englobe os diferentes aspectos no processo ensino-aprendizagem, em que haja a interação entre a ciência e as vivências do educando, em que se estabeleça um diálogo constante entre as gerações presentes e as futuras, para melhoria da qualidade de vida dos homens e do nosso planeta, na busca da superação das causas estruturais dos problemas socioambientais.

Conclui-se que a educação ambiental não deve ser fragmentada nos conteúdos curriculares, nem tampouco trabalhada em forma de temas transversais e estanques, ela requer uma ação político-pedagógica inter-poli-transdisciplinar e continuada, na concepção da própria educação como um processo único, não distinto, em que o fazer educação é fazer educação ambiental. Assim, evitar os equívocos existentes no ensino-aprendizagem, os quais inviabilizam as ações transformadoras individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>>. Acesso em: 23 de maio de 2012.

COMUNE, Antônio Evaldo. Meio ambiente, economia e economistas: uma breve discussão. In: MAY, Peter Herman; MOTTA, Ronaldo Serôa da (org.). **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DELORS, Jaques. **A educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 2003.

DELVAL, Juan. **Crece y pensar**: la construcción del conocimiento in la escuela. Barcelona, 1998.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente**: análise de modalidades ensinantes em famílias, escolas e meios de comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2001

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental**: formação, identidade e desafios. São Paulo: Papirus, 2011

LOPEZ, Velasco, S. **Ética para o século XXI**: rumo ao ecomunitarismo. São Leopoldo: Unisinos, 2003

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar, reformar o pensamento. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2002.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PÉREZ, José Guitiérrez. Por uma formação dos profissionais ambientalistas: baseada em competências de ação. In: Sato, M. e Carvalho. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. São Paulo: Artmed Editora, 2005.

PIAGET, Jean. **Études sociologiques**.Genebra – Paris: Droz, 1977

PIAGET, Jean. **Problemas de Psicologia Genética**. Rio de Janeiro: Fonrense, 1977

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade Del poder, cultura y conocimiento em America Latina. In. : **Anuário Mariateguiano**, vol. IX, n .9, Lima, 1997

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1998

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço:** problemática urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Penso, 2012

SEBER, Maria da Glória. **Escrita infantil o caminho da construção**. São Paulo: Scipione, 1997.

SAMPAIO, Dulce. **A pedagogia do ser:** educação dos sentimentos e valores humanos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SATO, Michele; CARVALHO, Isabel Cristina Moura, I. C (Orgs.). **Educação ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In SATO M., CARVALHO, I.C (Orgs). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17- 44

VISCA, Jorge. **Psicopedagogia: novas contribuições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990

VYGOTSK, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984

VYGOTSK, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1988

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MARAGOJIPE E SUA INFLUÊNCIA PARA COMUNIDADE LOCAL¹

¹Artigo a ser ajustado para submissão ao Comitê Editorial do periódico científico: Revista de Mestrado em Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE MARAGOJIPE E SUA INFLUÊNCIA PARA A COMUNIDADE LOCAL

Autor: Rita de Cássia Falcão Borja Correia

Orientador: Prof^o. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez

RESUMO: A educação ambiental surgiu como uma das frentes de luta contra a devastação do meio ambiente, em razão da concepção que atribuiu à educação um papel transformador, pois através dela, era possível passar aos futuros atores sociais a gravidade da crise ambiental e à necessidade urgente de uma mudança, não só comportamental, mas da própria maneira como se concebe a relação com a natureza, visando a conscientização do cidadão sobre os conflitos socioambientais e sua responsabilidade nesse processo. Compreender o papel da educação ambiental no Brasil nas últimas décadas e suas práticas é imprescindível para entender o comportamento dos indivíduos na comunidade e sua relação com o meio ambiente. Partindo-se desse histórico, essa pesquisa teve como objetivo identificar a concepção de educação ambiental implementada em escolas públicas municipais de ensino fundamental da cidade de Maragogipe, no Recôncavo Baiano. Para tanto, foram feitos questionários com professores, coordenadores, diretores e vice-diretores, buscando saber: qual o perfil desses educadores; qual a concepção da Educação Ambiental; como os conteúdos de EA são passados aos alunos; se existe alguma preocupação em relacionar esses conteúdos aos problemas ambientais enfrentados pela comunidade, e se o aprendizado desses conteúdos tem proporcionado mudanças na comunidade local. Conclui-se que é preciso que gestores públicos municipais incorporem práticas políticas que desenvolvam ações efetivas, voltadas para meio ambiente, que reconheçam na educação uma das ferramentas norteadoras desse processo de mudança comportamental para atingir o desenvolvimento sustentável local, que os mesmos possam sair dos seus discursos e idiosincrasias políticas e buscarem soluções conjuntas para uma problemática tão complexa.

Palavras-chaves: Educação. Comunidade

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF UNTIL MARAGOJIPE AND ITS INFLUENCE TO LOCAL COMMUNITY

Author: Rita de Cássia Falcão Borja Correia

Adviser: Prof^o. Dr. Jesus Manuel Delgado Mendez

ABSTRACT: The environmental education emerged as one of the fronts to combat the devastation of the environment, due to the design which gave education a transformative role, because through it, you could go show to future social actors the severity of the environmental crisis and the urgent need for a change, not only behavioral, but the very way one conceives the relationship with nature, aimed at raising awareness of citizens about environmental conflicts and their responsibility in this process. Understanding the role of environmental education and its process in Brazil in recent decades, it is essential and its practices is essential to understand the behavior of individuals in the community and their relationship with the environment. Starting from this background, this study aimed to identify the design implemented environmental education in public schools of the city of elementary school Maragojipe at Recôncavo Baiano. To this end, questionnaires were made for with teachers, coordinators, principals and vice principals, seeking to know: what is the profile of these educators, which the conception of Environmental Education and the content of EA are passed to students if there is some concern in relating these contents to the environmental problems facing the community, and learning content has provided these changes in the local community. We conclude that it is necessary that municipal administrators incorporate political practices that develop effective actions aimed at the environment, recognizing the education of the tools guiding this process of behavioral change to achieve local sustainable development that they can leave their speeches and political idiosyncrasies and seek joint solutions for a problem as complex.

Keywords: Education. Community

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, a constatação dos efeitos nocivos resultantes da ação predatória do homem sobre a natureza fez surgir a concepção de que a relação entre sociedade e natureza enfrentava uma crise. É dessa concepção que surge o movimento ambientalista, marcado inicialmente, como destaca Lima (2011), por ligação com os movimentos de contracultura. Assim, com o surgimento do movimento ambientalista, associado a catástrofes ecológicas, como o grave acidente nuclear ocorrido na Ucrânia durante a guerra fria, a preocupação com a crise ambiental passou a repercutir sobre organismos internacionais, passou-se a realizar várias convenções internacionais sobre os problemas ambientais, como a conferência de Estocolmo em 1972, na busca de soluções para mitigar esses impactos negativos.

Todos esses fatos revelam uma mudança na maneira como a sociedade compreende a sua relação com o meio natural. Antes desses eventos, as ações humanas indicavam a existência de uma ideia de inesgotabilidade dos recursos naturais, ou, no mínimo, uma crença exacerbada na capacidade humana de superar as limitações que sempre lhe foi imposta pelo meio. O alvorecer desse otimismo antropológico oriundo no iluminismo, quando, a valorização da racionalidade permitiu aos pensadores da época compreender que o ser humano e a própria sociedade não estavam mais obrigados a uma suscetibilidade em relação à vontade divina. O homem agora era capaz de compreender o poder da razão, não só para transformar o meio em que vivia, mas também, para organizar de forma planejada sua relação com seus semelhantes, de modo que o progresso da humanidade não só material, como moral, parecia inevitável. Assim, não haveria problema insuperável para a razão humana, prova disso se dá alguns séculos depois, com o fracasso do modelo malthusiano, o qual ignorava essa incrível capacidade de superação do homem.

Essa fé cega guiou o capitalismo em seu desenvolvimento, impedindo que houvesse alguma preocupação com as consequências desastrosas do crescimento econômico em relação à natureza. Mas a desilusão viria pouco tempo

depois, com a segunda guerra mundial. Percebeu-se que o progresso moral da humanidade não é possível e que é preciso criar meios que garantam a proteção das conquistas no campo dos direitos humanos, obtidas a partir do iluminismo.

É importante mencionar que em relação à idéia de inevitabilidade da evolução material, a qual ignorava a insustentabilidade do modelo capitalista, a desilusão é um pouco mais tardia. Só a partir da segunda metade do século XX foi percebido que o progresso tecnológico tinha um custo elevado, em termos ecológicos, essa idéia ganhou força nos debates internacionais.

Nesse contexto surge a preocupação com a crise ambiental e com a mesma veio à busca de soluções, entre elas foi apontada a educação ambiental. A EA surgiu, assim, como uma das frentes de luta contra a devastação ambiental, em razão da concepção que atribuiu à educação o papel transformador. Logo, através dela, seria possível passar aos futuros atores sociais a gravidade da crise ambiental e a necessidade urgente de uma mudança, não só comportamental, mas da própria maneira como se concebe a relação com a natureza, no que se refere à educação formal; conscientizar a população em geral de sua responsabilidade de participação na mudança do *status quo* ambiental, evidenciando o papel de cada cidadão como sujeito ativo, capaz de promover a mudança social, no que se refere à educação não formal.

Lima (2011) destaca a importância atribuída à EA, entre outros instrumentos, para a superação da crise ambiental:

Os primeiros analistas da questão ambiental contemporânea consideravam que, ao lado de outras iniciativas políticas, jurídicas, institucionais, econômicas e tecnológicas, a educação tinha um importante papel a cumprir na mudança das mentalidades em relação à problemática ambiental. (LIMA, 2011, p. 99)

Com o reconhecimento da importância da EA, realizou-se em Tbilisi, 1977, a primeira conferência internacional sobre a educação ambiental, a qual fixou a transversalidade ou interdisciplinaridade como sua característica fundamental. Desse modo, a EA não poderia estar ligada ao conteúdo programático de uma

única disciplina, dada a ligação da temática ambiental a múltiplas áreas do conhecimento.

Partindo-se desse histórico da EA, essa pesquisa teve como objetivo identificar a concepção de educação ambiental implementada em escolas municipais de ensino fundamental de uma realidade específica: a cidade de Maragogipe no Recôncavo Baiano. Para tanto, foram feitos questionários com professores, coordenadores, diretores e vice-diretores, buscando saber: quem são os professores, diretores e coordenadores que atuam nas escolas municipais, qual a concepção da EA na escola, como os conteúdos de EA são passados aos alunos, se existe alguma preocupação em relacionar esses conteúdos aos problemas ambientais enfrentados pela região e se o aprendizado desses conteúdos tem proporcionado uma mudança comportamental ou de postura crítica nesses estudantes e na comunidade.

A hipótese com a qual se trabalhou foi que existe uma grande dificuldade em implementar a EA nessas escolas, sobretudo em razão de seu caráter interdisciplinar, uma vez que estamos habituados a aprender de forma compartimentalizada, em uma grade curricular disciplinar. Como destaca González-Gaudiano (2005):

A educação escolar, em seus variados níveis e modalidades, permanece submetida aos ditados e às severas limitações das disciplinas convencionais – e, portanto, a esses valores sociais que Gass menciona -, e embora tenham existido algumas experiências que tentaram construir propostas revolucionárias (isto é, os sistemas modulares), estas não se generalizaram. (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2005, p. 120):

Assim, há uma contradição difícil de superar: o modo como se costuma fragmentar o objeto de estudo, reduzindo a sua complexidade e permitindo a sua compreensão e exigência de uma compreensão total de um objeto complexo, o qual é determinado por fenômenos físicos, químicos, biológicos, sociológicos, históricos, culturais e até mesmo filosóficos (uma vez que a maneira que compreendemos a nossa relação com o meio determina, em parte, essa relação). Como enfatiza Barcelos (2005):

Uma educação, em geral, e uma educação ambiental, em particular, que estejam sinceramente comprometidas com a construção da cidadania planetária não poderão deixar de ouvir e refletir sobre as diferentes vozes e silêncios, venham eles de onde vierem. Por mais “estranhos” que nos possam parecer, merecem ser discutidos a parti de critérios de paz, solidariedade, justiça social, fraternidade, democracia, amor e ecologia.(BARCELOS, 2005, p.96)

Ressalta-se, ainda, que há dificuldade dos educadores em relacionar os conteúdos de Educação Ambiental com os problemas da comunidade, na qual a escola está inserida. Como é destacada por Meira-Carrea (2005), que embora a crise ambiental seja global, as características locais dessa crise merecem um tratamento específico, dadas as peculiaridades ambientais da região. A mesma ratifica que a Educação Ambiental exige uma ligação entre o global e o local.

A metodologia da pesquisa foi exploratória, descritiva e explicativa, de natureza básica, com a principal finalidade de obter o máximo de informação possível sobre a temática. Pretendeu-se fazer uma análise realista, seguindo critérios com um certo rigor na elaboração, distribuição, recolhimento e tratamento de todos os dados.

A abordagem deste trabalho foi de natureza qualitativa, através de pesquisa de campo, bibliográfica, porém não se pretendeu fazer uma análise exaustiva. Assim, foi utilizado como instrumento de pesquisa, o inquérito por questionário.

A elaboração do instrumento de pesquisa consistiu em definir o tipo de informação que se pretende obter, que neste caso concreto foram informações sobre a concepção de educação ambiental nas escolas municipais de ensino fundamental no município de Maragogipe/BA e sua influência para comunidade local.

1. O Município de Maragojipe

O município onde a pesquisa foi realizada fica na região do Recôncavo Baiano a cerca de 130 Km da capital do Estado da Bahia. Sua população em 2010, segundo o IBGE era de 42.815, sendo que desse total, 25.093 habitavam a zona urbana do município. É um Município bastante rico em recursos naturais, está localizado ao fundo da Baía de Todos os Santos e situada a direita do estuário do Rio Paraguaçu, onde se formou uma baía interna, a conhecida como Baía do Iguape. Maragojipe fica, exatamente, no ponto de encontro do Rio Paraguaçu com o Rio Guaí, formando uma extensa região de lagamar, cercada por cerca de 30 km de manguezais com, aproximadamente, 30 metros de largura.

A Baía do Iguape em Maragojipe constitui-se em uma das áreas mais conservada da Baía de Todos os Santos, no Estado da Bahia. Possui uma extensa faixa de manguezal, Mata Atlântica, mamíferos aquáticos, comunidades tradicionais da pesca e quilombolas. Em 11 de agosto de 2000 foi criada a RESEX marinha Baía do Iguape e possui pouco mais de 8 mil ha.

Maragojipe é o município que apresenta maior relação com a RESEX. Estima-se cerca de 8 mil profissionais diretamente envolvidos com atividades pesqueiras na região. Segundo o IBGE (2010) a população de 42.815 habitantes tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,634 (IBGE, 2000).

Salienta-se, também, que Maragojipe, dentre os outros municípios do recôncavo, destaca-se em ações educativas voltadas para educação ambiental, em 2011, como parte de um projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se o projeto Manguezais de Maragojipe: Guia ao desenvolvimento humano ofereceu capacitação para 31 professores de 14 escolas municipais, dando enfoque no ecossistema manguezal e ao desenvolvimento de atividades práticas ligadas ao tema. No projeto, adotou-se um material didático contextualizado: o Guia Didático “Os Maravilhosos Manguezais

do Brasil” (273 páginas, com 41 atividades). Inicialmente concebido para o Caribe e experimentado em mais de sete países foi adaptado à realidade brasileira, sob coordenação da ONG Instituto Bioma Brasil – Gestão e Conservação de Zonas Úmidas Costeiras Tropicais. Todos os professores e escolas envolvidas nesse projeto foram monitoradas e avaliadas, de modo que agora é possível identificar nas escolas que essa temática está bem enraizada no processo de construção do conhecimento ambiental da região. Evidencia-se, também, o uso do referido guia didático, que já vem sendo usado pelas escolas municipais de Maragogipe.

Ressalta-se, ainda, que no final do projeto (DEZ/2011) constatou-se que pelo menos 77 docentes faziam uso frequente do guia didático (cada professor e cada escola receberam um exemplar do guia didático). Pelo menos seis escolas apresentaram resultados positivos bem acima do esperado. Os diretores e educadores mostram-se bastante desejosos pela continuidade do projeto. Diálogo também vem sendo ampliado com a Secretaria Municipal de Educação. Soma-se a motivação pela elaboração de um Programa de Comunicação e Educação Ambiental proposto pelo ICMBio para a RESEX Baía do Iguape. Salienta-se, ainda, o fato de que todos os professores envolvidos no projeto desenvolvido em 2011 foram cadastrados na Rede Virtual Os Maravilhosos Manguezais do Brasil. Atualmente, a rede virtual conta com 180 docentes de três diferentes municípios brasileiros que já vivenciaram o guia didático (Cariacica-ES, Fundão-ES e Maragogipe-BA).

2. A pesquisa

No que diz o sistema educacional em Maragogipe, havia à época da pesquisa, segundo a Secretaria Municipal de Educação, 66 escolas, 4 creches, 326 professores efetivos, um total de 9 diretores de escolas situadas na zona urbana e 29 escolas na zona rural, bem como 11 coordenadores pedagógicos que trabalham na zona urbana e 32 que trabalham na zona rural. Além disso, dependem do sistema educacional no município 7.610 alunos, dos quais 6.390 estão distribuídos entre as séries do ensino fundamental

A pesquisa foi realizada em todas as escolas municipais de ensino fundamental da zona urbana e em algumas escolas da zona rural, dos distritos (Guapira, Piedade, São Roque, Coqueiro e Najé) com diretores, coordenadores, vice-diretores e professores, no total de 100 participantes.

O instrumento de pesquisa, questionário, foi composto por perguntas fechadas de múltiplas escolhas e abertas. Através dos dados levantados se pretendeu comparar respostas relativas a concepção de educação ambiental dos professores, diretores, vice-diretores e coordenadores, além de verificar se são convergentes ou divergentes e se existem incoerências entre essa concepção e sua influência na comunidade local (aplicabilidade).

O questionário foi composto por 22 (vinte e duas perguntas), dividido em três eixos: caracterização do informante; inserção da temática ambiental e influência para comunidade. (Ver anexo I).

Aplicou-se o questionário em todas as nove escolas de ensino fundamental da zona urbana e nas escolas do distrito da zona rural, com a permissão e ajuda da Secretaria Municipal de Educação.

3. Análise e discussão dos dados

Os dados foram representados através de figuras e tabelas e, posteriormente, procedeu-se uma análise sobre as informações obtidas no questionário, nas escolas pesquisadas, que foram exaustivamente discutidas para os fins desta pesquisa. Pretendeu-se, também, identificar o perfil dos profissionais que atuam como educadores/gestores nas escolas municipais de ensino fundamental em Maragogipe/BA. Observa-se que 75% dos participantes possuem nível superior completo e 15% especialização, entre os quais não havia profissionais com mestrado ou doutorado; 87% são do sexo feminino, 13% professores do sexo masculino, 50% tem mais de dez anos de docência e 36% trabalham de 5 a 10 anos na mesma escola, conforme figuras abaixo.

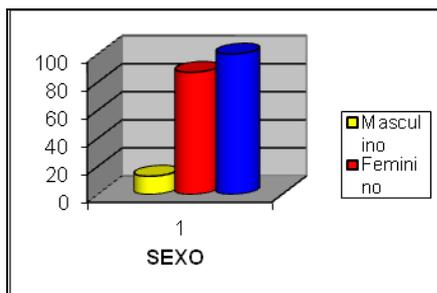


Figura 1: Sexo

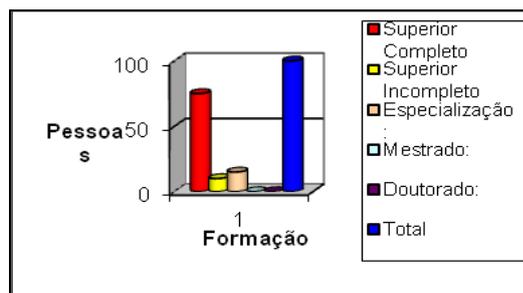


Figura 2: Formação Acadêmica



Figura 3: Tempo de Trabalho na Escola

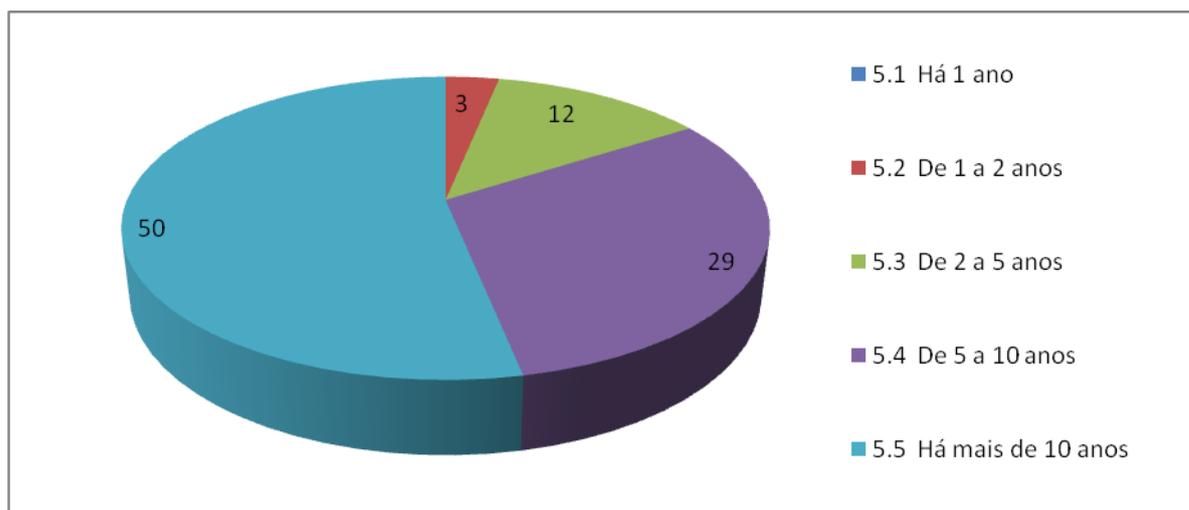


Figura 4: Tempo de Docência

Constatou-se, também, que 53% dos participantes não receberam capacitação em educação ambiental, conforme demonstra figura 5 abaixo, fator preocupante, pois a formação continuada é um dos instrumentos para adquirir uma visão crítica do processo educacional e para compreender os mecanismos de desenvolvimento dessa área de saber, tão recente, e as ideologias que acompanham esse processo, as quais nortearão a praxis educativa. Como ratifica (Sato, 2005) que a construção de uma prática educativa nomeada como Educação Ambiental é a identidade profissional de um educador ambiental.

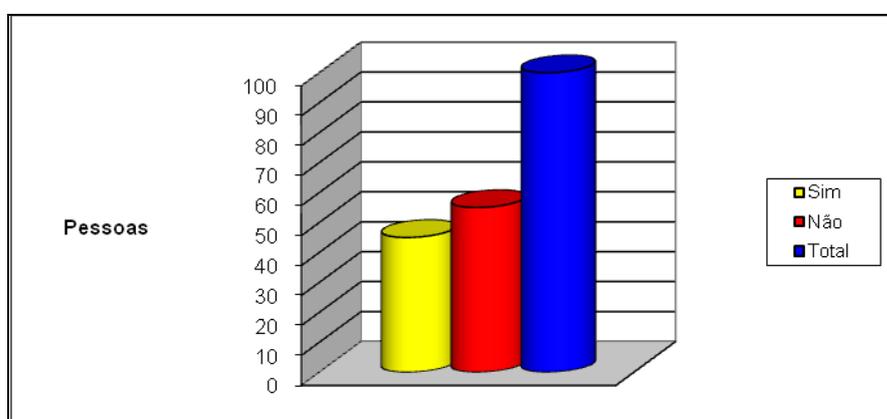


Figura 5: Obtenção de Capacitação em Educação Ambiental

Para a maioria dos participantes o objetivo central da educação ambiental foi a de estimular os alunos sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais; viabilizar uma melhor compreensão sobre a realidade socioambiental e propiciar informações para melhoria da qualidade de vida, conforme figura 6 abaixo.

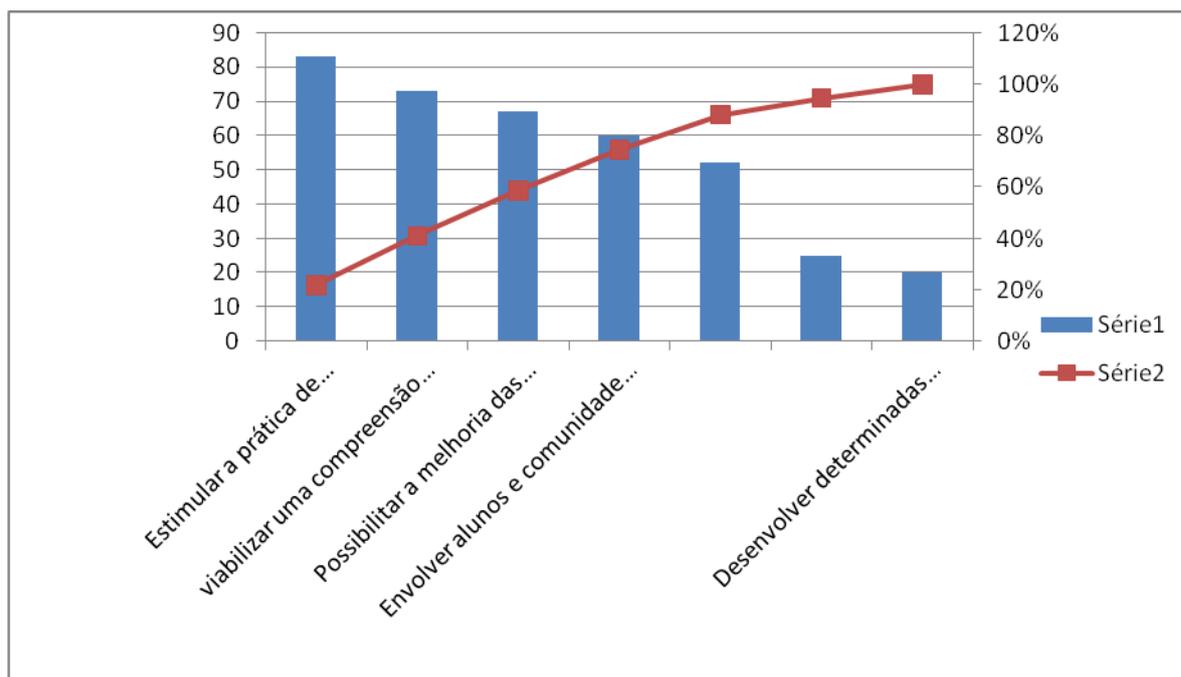


Figura 6: Objetivo Central da Educação Ambiental.

No que diz respeito à inserção da Educação Ambiental (EA) no Projeto Político Pedagógico (PPP), observou-se que 44% dos participantes ratificaram que a EA não estava inserida no PPP, 38% responderam que as escolas não possuem projeto político pedagógico, entretanto, 80% responderam que já participaram de projeto de educação ambiental no âmbito escolar, como também, mais de 75% afirmaram que a escola desenvolve projetos de EA. Verifica-se, ainda, que esse desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental ocorre no período de 1 a 5 anos. Figuras abaixo.

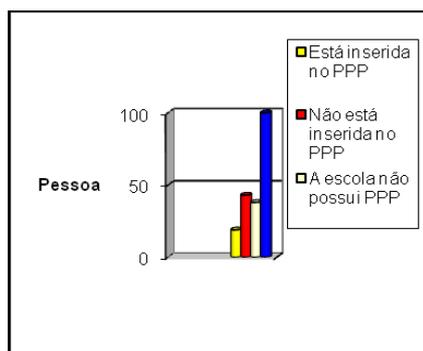


Figura 7: Inserção de EA no PPP

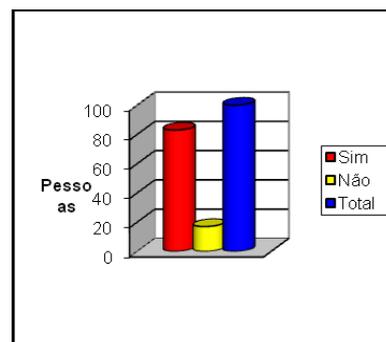


Figura 8: Participação de Projeto de EA

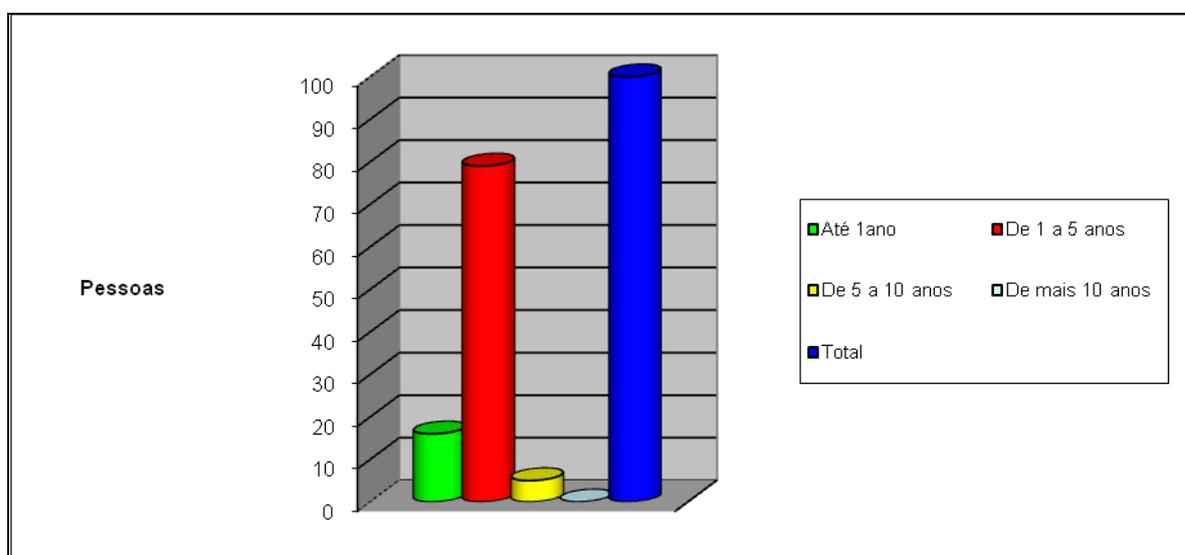


Figura 9: Desenvolvimento de Projetos de EA nas Escolas

Enfatiza-se que 53 participantes, dos 100, revelaram que a motivação que levou a escola a desenvolver atividades de educação ambiental foi: projetos desenvolvidos em parcerias com a Instituição de Ensino Superior, no caso específico a Universidade Federal do Recôncavo/UFRB, que tem 6 (seis) anos de criada na região; corroborando, possivelmente, com o período revelado na pesquisa do desenvolvimento de Projetos de EA no âmbito escolar. No outro extremo, deve-se pontuar que o problema ambiental na comunidade foi, apenas, sinalizado por 3 (três) participantes, dos 100; revelando uma menor preocupação dos educadores/gestores com o contexto social no qual a escola está inserida;

como também, 6 participantes, dos 100, revelaram que a motivação se deve ao interesse dos alunos. Salienta-se, ainda, que 31 participantes, dos 100, ratificaram que a motivação da escola para desenvolver atividades de EA foi fomentada por um professor ou um grupo de professores e 19 participantes, dos 100, revelaram que a motivação para a escola foi a diretriz do sistema educacional estadual. Esses números levam a questionar a participação da comunidade escolar na efetivação das atividades de EA e quais as políticas públicas implementadas pelo Município voltadas para ações e metas socioambientais. Demonstração figura 10.

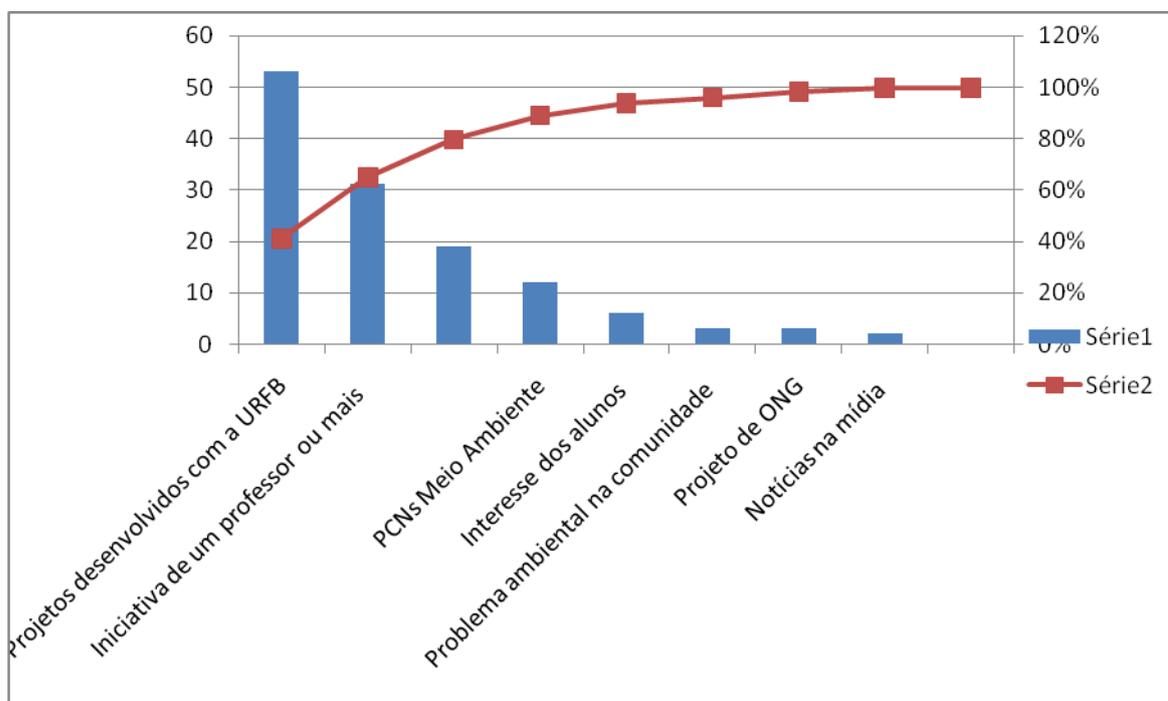


Figura 10: Motivação que levou a escola a desenvolver atividades de Educação Ambiental (EA)

Os principais objetivos da educação ambiental no ambiente escolar elencados pelos participantes foram os seguintes: sensibilizar para o convívio com a natureza; promover mudanças para comunidade; promover o desenvolvimento sustentável; dialogar para construção de sociedades sustentáveis; conhecer os ecossistemas e promover valores de solidariedade e zelo pelo planetário, figura 11 abaixo. Observa-se que existe divergência em relação à questão relacionada com o objetivo da EA e a motivação na escola para desenvolvimento da educação ambiental no ambiente escolar, supracitado, no que concerne aos problemas

ambientais na comunidade, pois apesar de afirmarem que um dos objetivos da EA era promover mudanças na comunidade, entretanto, demonstrou-se pouca motivação da escola para os problemas da comunidade local (ver figura 10 acima).

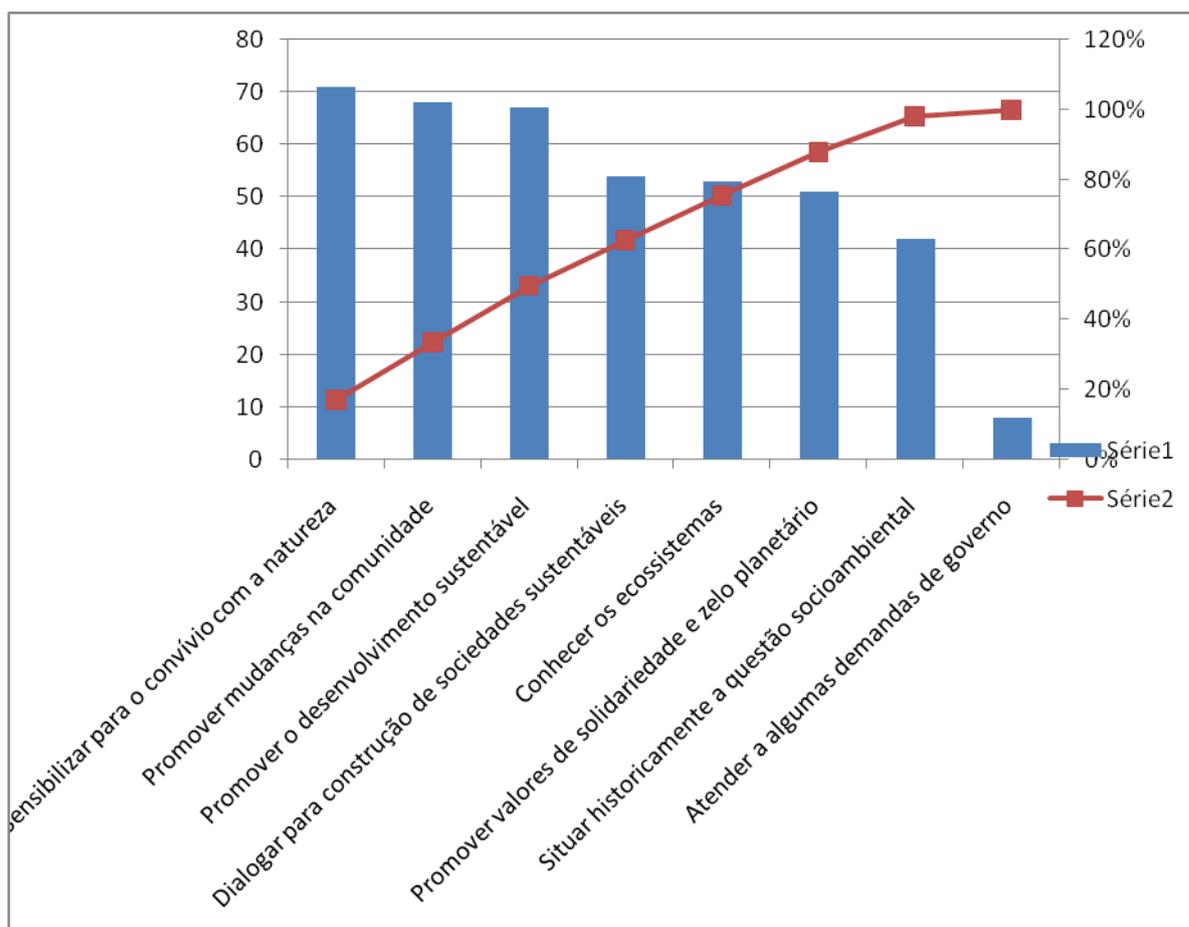


Figura 11: Principais objetivos para desenvolver atividades de educação ambiental

Evidenciou-se que a educação ambiental é trabalhada, principalmente, na escola por datas e eventos especiais e por inserção da temática em disciplinas específicas e projetos. Enfatiza-se que tal comportamento é, ainda, reflexo, de uma prática educativa que atende a uma grade curricular escolar que prioriza a compartimentalização das disciplinas; em que a temática ambiental está inserida, com maior frequência, em disciplinas como: Ciências Naturais e Geografia. O caráter interdisciplinar é um caminho a ser desvelado. Como define González-Gaudino (2005): “A educação escolar, em seus variados níveis e modalidades,

permanece submetida aos ditados e às severas limitações das disciplinas convencionais”.

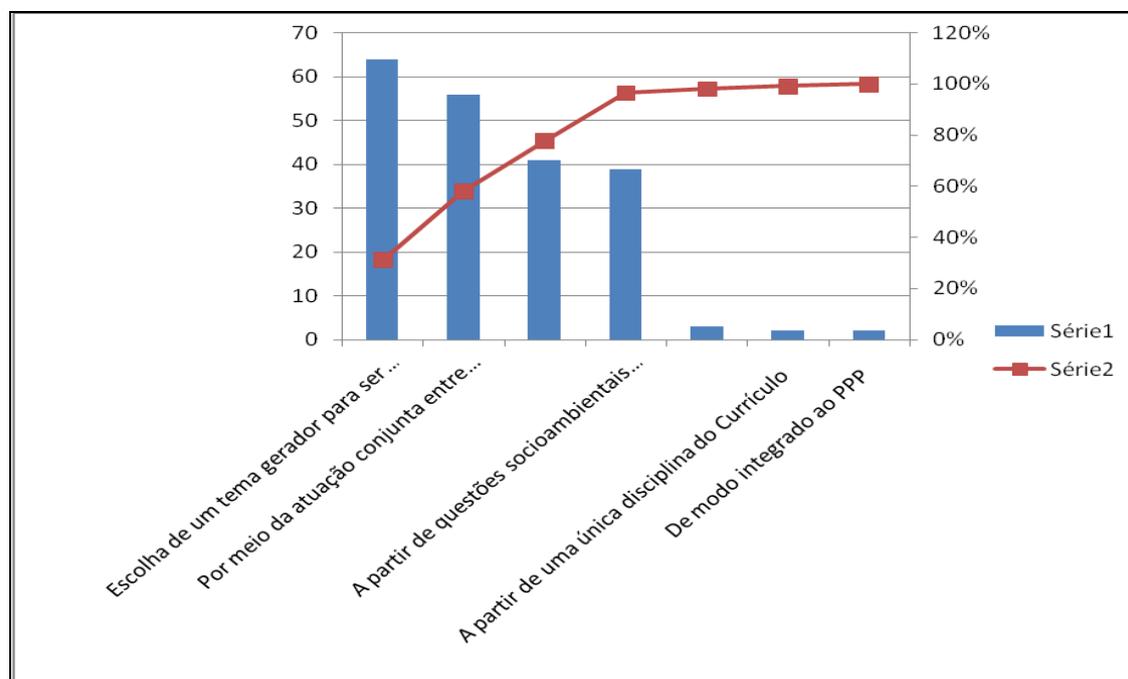


Figura 12: Como é Trabalhada Educação Ambiental na Escola

Ressalta-se, ainda, conforme Figura 12 acima, que o desenvolvimento do trabalho de educação ambiental na escola acontece, principalmente, por: escolha de um tema gerador para ser trabalhado em diversas disciplinas; por meio da atuação conjunta entre professores, alunos e comunidade; a partir da integração entre duas ou mais disciplinas e a partir de questões socioambientais relacionadas aos conteúdos disciplinares.

Observa-se que existe uma relação entre as temáticas trabalhadas nas disciplinas e nos projetos, em que o principal tema abordado foi à água, ratificado por 90 participantes, dos 100 pesquisados; seguidos por manguezais (87 participantes, dos 100); reciclagem (74 participantes, dos 100) e lixo (67 participantes, dos 100), conforme demonstra figura 13 abaixo. Salienta-se, também, que dos temas mais trabalhados, evidencia-se a questão dos manguezais por ser um dos principais problemas ambientais da região, como também, reflexos das ações desenvolvidas pelo Projeto Manguezais de

Maragojipe, desenvolvido pela UFRB. Destaca-se, ainda, o baixo número de escolas que trabalham os problemas socioambientais rurais (5 participantes, dos 100, afirmaram que abordam esse tema), fator preocupante, tendo em vista que a maioria absoluta das escolas e do alunado municipal pertence a zona rural, sendo sua problemática socioambiental raramente discutida e contextualizada.

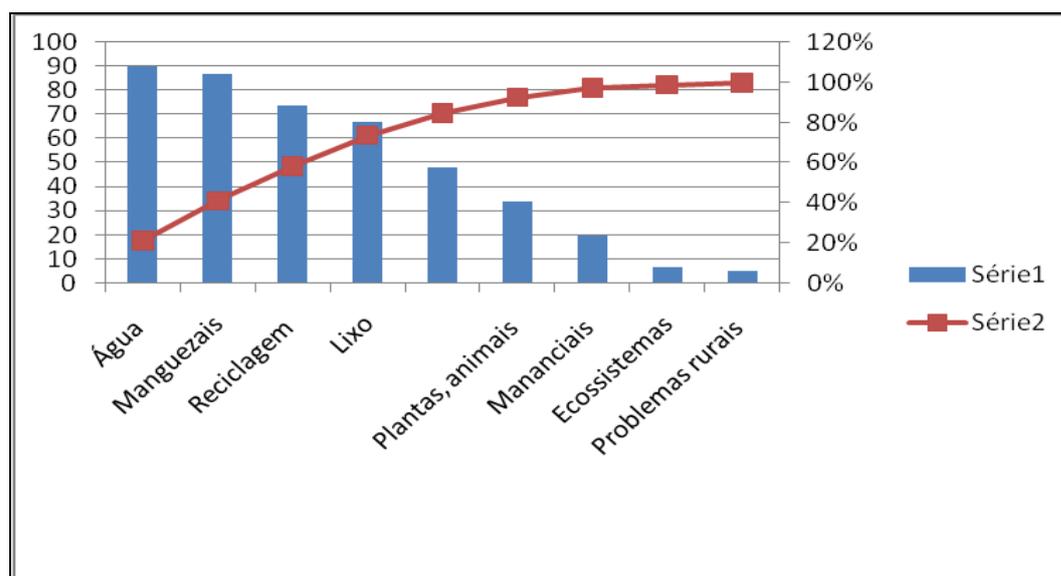


Figura 13: Temas mais abordados na Escola

Em relação aos atores envolvidos na implementação da educação ambiental escolar, destacaram-se: alunos, grupo de professores, equipe da direção, funcionários e Instituição de Ensino Superior. A comunidade teve uma pontuação muito baixa nesse processo de envolvimento, ratificando a distância que existe entre a escola e a comunidade local. Foi pouco pontuada, também, a participação de entidades municipais nesse processo educacional, figura 14 abaixo, Evidencia-se que as políticas educacionais ambientais devem ter a participação efetiva de atores externos a escola, como os gestores municipais; os quais devem considerar as demandas, as diversidade socioculturais da comunidade local, para atingir a sustentabilidade, pois a mesma é ambiental, econômica e social. Conforme Quintas (2001) destaca:

Uma proposta de educação ambiental dialógica e transformadora pressupõe escolhas. Ao negar a neutralidade da gestão ambiental e ao afirmar o caráter intrinsecamente conflituoso da sua prática, essa concepção só deixa uma alternativa ao educador: a de comprometer-se com aqueles segmentos da sociedade brasileira que, na disputa pelo controle dos bens ambientais do país, são sempre excluídos dos processos decisórios e ficam com o maior ônus. O compromisso e a competência do educador são requisitos indispensáveis para se passar do discurso à ação. (QUINTAS, 2006, p.46)

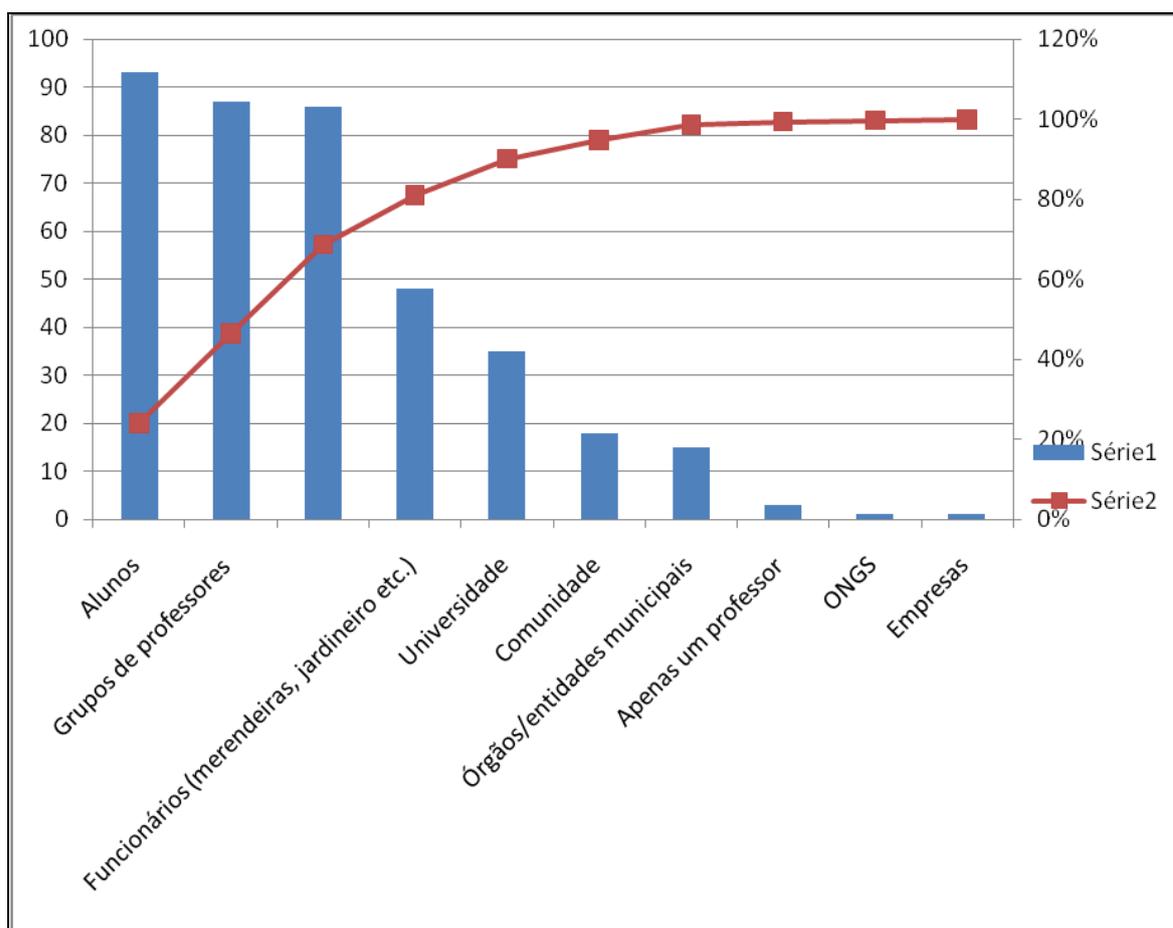


Figura 14: Atores envolvidos na implementação da educação ambiental no âmbito escolar

No que diz respeito à existência de políticas públicas municipais implementadas para educação ambiental na escola, Figura 15 abaixo, 85% dos participantes revelaram que não existem e os 15% que responderam afirmativamente, quando questionados quais eram, não responderam. Esse resultado permite induzir a necessidade de uma mudança na política educacional.

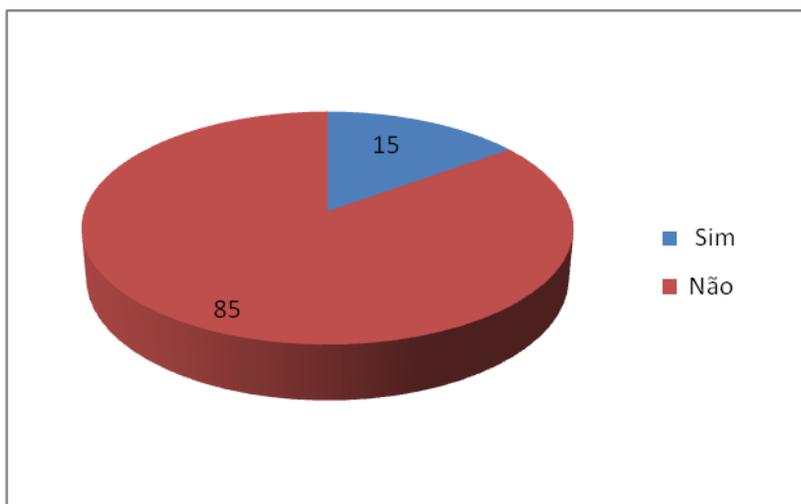


Figura 15: Existência de Políticas Municipais de EA

No que diz respeito à percepção de mudanças ou melhorias após a inserção da Educação Ambiental na escola para comunidade local, observa-se, conforme tabela 1 abaixo, que 70% dos participantes responderam, afirmativamente, que houve mudança no ambiente físico da escola; 52% dos participantes revelaram que houve diminuição do lixo na escola; 73% dos participantes responderam, negativamente, para participação da comunidade local; 64% dos participantes confirmaram que houve maior número trabalho de EA apresentados; 52% dos participantes sinalizaram para incorporação de novas práticas educativas; 2% dos participantes responderam, afirmativamente, para a participação em Conselhos e Comitês Comunitários; 53% participantes, responderam, negativamente, para articulação entre os projetos da escola e as necessidades da comunidade; e, 42% participantes ratificaram que não houve melhorias no entorno da escola.

Tabela 1- Mudanças ou melhorias nas escolas e na comunidade após inserção da Educação Ambiental (total de 100 participantes)

Mudanças e Melhorias	Sim	Não	Ainda não é possível perceber
Houve melhoria no ambiente escolar	70%	24%	6%
Há menos lixo na escola	52%	35%	13%
Maior participação da comunidade	21%	73%	6%
Maior número de trabalho de EA apresentados em feiras culturais ou de ciências	64%	21%	15%
Participação em Conselhos e Comitês Comunitários	2%	78%	10%
Incorporação de novas práticas pedagógicas	52%	25%	23%
Maior articulação entre os projetos da escola e as necessidades da comunidade	32%	53%	15%
Melhorias no entorno da escola	38%	42%	20%

Fonte: diretores, coordenadores e professores das Escolas Municipais de Ensino Fundamental do Município de Maragogipe/BA

Em relação às principais dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar com relação à inserção da educação ambiental, constatou-se, conforme figura 16 abaixo, que os fatores mais citados foram: precariedade de recursos materiais; falta de recursos humanos qualificados e falta de tempo para planejamento e realização de atividades. Nenhum dos participantes sinalizou a falta de integração entre professores e direção, como também, apenas 25 participantes, dos 100 pesquisados, afirmaram que existe dificuldade da comunidade escolar em entender as questões ambientais.

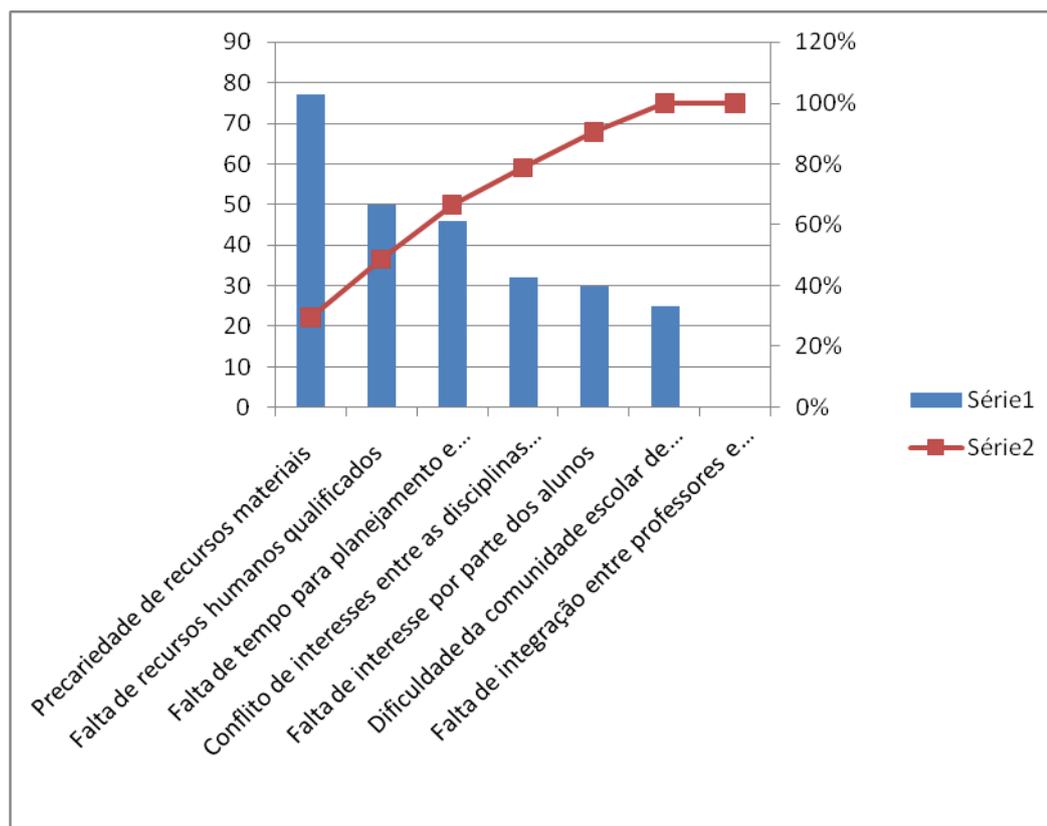


Figura 16: Maior desafio da comunidade escolar com relação à inserção da EA

Percebe-se que ausência de recursos materiais é um fator limitador para o desenvolvimento dos projetos e ações de Educação Ambiental, pois as escolas, principalmente da zona rural têm dificuldades básicas em infraestrutura, como: cadeiras, carteiras, recursos tecnológicos, recursos pedagógicos específicos, e instalações; para efetivação de atividades pertencentes ao cotidiano escolar. Outro aspecto é a falta de programas de capacitação que visem aperfeiçoar a prática educativa, principalmente, voltados para temáticas ambientais, que poderiam propiciar uma melhor formação dos educadores, uma visão crítica desse processo.

No que diz respeito à questão aberta, referente ao aspecto como a comunidade local é envolvida nos projetos de educação ambiental, nenhum participante respondeu a esse questionamento. Observa-se uma distância entre as ações da escola e a comunidade, constituindo-se um grande desafio: o fortalecimento das relações entre a escola e a comunidade, em que possam ser

discutidos os problemas socioambientais vivenciados e suas maiores necessidades. Os projetos e programas devem contemplar essas questões e a comunidade ser estimulada a participar ativamente do processo educativo na construção para transformar a realidade local.

5. Conclusões

1. Apesar da Educação Ambiental estar inserida nas escolas do ensino fundamental em Maragogipe/BA, sua prática está precisando ser incorporada, de forma mais efetiva, no cotidiano pedagógico dos educadores. As mudanças, ainda, são poucas e concentram-se nos discursos teóricos e em ações de determinados grupos de professores “motivadores”, associados a um agente externo, como instituições de ensino superior.
2. A concepção de Educação Ambiental se estrutura, principalmente, na corrente conservacionista, na sensibilização para preservação da natureza, dos recursos, na preocupação com a gestão água, com a gestão do lixo, com os Manguezais, com a reciclagem. Evidencia-se a ênfase no ecocivismo, em que o imperativo das ações são voltadas para o comportamento individual e com o desenvolvimento de projetos escolares, através de temas geradores e datas especiais para sua implementação, como instrumento para mudança do educando.
3. Há pouca articulação entre as escolas e a comunidade; baixa inserção das questões e dos conflitos socioambientais locais, no cotidiano pedagógico dos alunos, mesmo com o reconhecimento dos educadores para importância e necessidade dessa abordagem; a prática distancia-se da teoria.

4. Existe uma dificuldade em se estabelecer a identidade endógena de Educação Ambiental e os sujeitos construtores desse processo de aprendizagem, para que haja uma aplicabilidade mais efetiva no ambiente onde a escola está inserida, levando ao envolvimento da comunidade e, conseqüentemente, para mudanças concretas.
5. Ausência de integração entre as disciplinas escolares, em virtude do paradigma curricular disciplinar e a efetivação no PPP, para que se estabeleça a interdisciplinaridade que a Educação Ambiental requer para propiciar a compreensão da complexidade dos problemas do meio ambiente e a busca de soluções sustentáveis.
6. Sugere-se, também, que seja feita outra pesquisa sobre a concepção da EA com o corpo discente para identificar, de uma forma mais abrangente, como essa temática vem sendo construída no processo de aprendizagem e sua contextualização no cotidiano do educando.
7. Há carência de políticas públicas municipais consistentes e contínuas, com destinação de recursos orçamentários voltados para Educação Ambiental, como também, falta o envolvimento efetivo do sistema educacional local no ambiente escolar, que vise a implementação de ações voltadas para temática ambiental.
8. Percebe-se a necessidade dos gestores públicos em instituir a criação da Política Municipal de Educação Ambiental de Maragogipe/BA, através de uma normatização, porém, que seja elaborada com a participação efetiva das Instituições de Ensino e das representações da comunidade local.

REFERÊNCIA

BARCELOS, Valdo H. L. “Escritura” do mundo em Octavio Paz: uma alternativa pedagógica em educação ambiental. In: Sato, M. e Carvalho. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. São Paulo: Artmed Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONZÁLEZ-GAUDINO, Edgar. Interdisciplinariedade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: Sato, M. e Carvalho. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. São Paulo: Artmed Editora, 2005.

IBGE. **Censo 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de outubro de 2012.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental: formação, identidade e desafios**. São Paulo: Papirus, 2011.

MEIRA-CARTEA, Pablo Angel. A catástrofe do Prestige: leituras para a Educação Ambiental na sociedade global. In: M. e Carvalho. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. São Paulo: Artmed Editora, 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar, reformar o pensamento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2002.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

QUINTAS, José Silva. Educação ambiental e cidadania: uma construção necessária. In: **Ciclo de palestras sobre meio ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 2001, p. 41-46.

SATO, Michele; CARVALHO, Isabel Cristina Moura; Colaboradores. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

Considerações Finais

Uma concepção de educação deve pressupor uma ação contextualizada com a vivência do educando e suas interações socioambientais, visando à participação individual e coletiva, dentro da realidade social, política, espacial e temporal dos sujeitos protagonistas desse processo, que vai muito além do aspecto cognitivo. Ela deve, ainda, superar a fragmentação das grades curriculares, dos saberes, de rótulos conceituais (como é o caso da educação para cidadania, ou a própria educação ambiental) aspectos que dificultam a articulação da prática educativa na sua plenitude e complexidade.

O presente trabalho, também, teve como objetivo compreender a concepção de educação ambiental implementada nas escolas públicas municipais de ensino fundamental em Maragogipe/BA e sua influência para comunidade local. Para tanto, a análise bibliográfica realizada teve o propósito de entender a dinâmica e as relações históricas que norteiam as ideologias e práticas educativas dentro do que conhecemos com Educação Ambiental, campo do saber recentemente desenvolvido para enfrentar as questões ambientais que afligem a Sociedade.

A análise permitiu confirmar as principais hipóteses levantadas na elaboração e desenvolvimento da pesquisa, como também, identificar os processos estabelecidos na implementação da educação ambiental no âmbito escolar.

Observou-se, também, que entre as principais dificuldades que essa temática enfrenta no contexto educacional podem citar-se: a falta de implementação políticas públicas contínuas, recursos humanos qualificados e recursos financeiros para o desenvolvimento de ações constantes e constitutivas das políticas sociais, voltadas para a sustentabilidade local e planetária.

Ressalta-se que a educação ambiental (educação) deve ser um processo internalizado que está imbricado no interior dos atores sociais, para que haja a

construção de uma identidade ambiental, a qual refletirá na prática pedagógica, como também, na ação do indivíduo com a sociedade, e, conseqüentemente, estabelecer as mudanças efetivas, constantes no cotidiano de cada cidadão, nas suas relações/interações com o próximo, com a natureza, com o planeta, consigo mesmo. Uma educação emancipatória e libertadora.

Destarte, verifica-se, assim, a necessidade veemente dos gestores públicos municipais incorporarem práticas políticas que desenvolvam ações efetivas, voltadas para meio ambiente, que reconheçam na educação uma das ferramentas norteadoras desse processo de mudança comportamental para atingir o desenvolvimento sustentável local, que os mesmos possam sair dos seus discursos e idiosincrasias políticas e buscarem soluções conjuntas para uma problemática tão complexa.

ANEXO I

Esse questionário tem como objetivo analisar a **CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE MAGOJIBE/BA e SUA INFLUÊNCIA PARA A COMUNIDADE LOCAL**, tema escolhido por uma discente para Projeto de Pesquisa do Mestrado em Gestão Pública e Segurança Social da UFRB. Este questionário destina-se a ser respondido por diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e professores.

Ressalta-se que os dados coletados serão trabalhados em seu conjunto e não serão individualizados os resultados obtidos.

NOME DA ESCOLA:

A . CARACTERIZAÇÃO DO INFORMANTE

1. FORMAÇÃO

- 1.1 () Superior completo
- 1.2 () superior incompleto
- 1.3 () Especialização:
- 1.4 () mestrado
- 1.5 () doutorado

2. SEXO:

- 2.1 () Masculino
- 2.2 () Feminino

3. CARGO(S) ATUAL(IS):

(* Assinale uma ou mais opções, conforme for o caso.)

- 3.1 () Diretor(a)
- 3.2 () Vice-diretor(a)
- 3.3 () Coord. pedagógico(a)
- 3.4 () Professor (a)

4. TRABALHA NESTA ESCOLA HÁ QUANTO TEMPO?

- 4.1 () Até 1ano
- 4.2 () De 1 a 2 anos
- 4.3 () De 3 a 5 anos
- 4.4 () De 5 a 10 anos
- 4.5 () Mais de 10 anos

5. QUAL O TEMPO DE DOCÊNCIA?

- 5.1 () Há 1 ano
- 5.2 () De 1 a 2 anos
- 5.3 () De 2 a 5 anos
- 5.4 () De 5 a 10 anos
- 5.5 () Há mais de 10 anos

6. OBTEVE ALGUMA CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

- 6.1 () Sim
- 6.2 () Não

B . INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA**7. NA SUA CONCEPÇÃO QUAL O OBJETIVO CENTRAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL?**

(Assinale até no máximo cinco opções.)*

- 7.1 () Conscientizar alunos para a cidadania
- 7.2 () Envolver alunos e comunidade para os valores da cidadania
- 7.3 () Fomentar o interesse dos alunos para os estudos
- 7.4 () Desenvolver de determinadas áreas/disciplinas
- 7.5 () Estimular a prática de preservação dos recursos ambientais
- 7.6 () Viabilizar uma compreensão sobre a realidade socioambiental
- 7.7 () Possibilitar melhoria das condições de saúde e bem-estar

8. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTÁ INSERIDA OFICIALMENTE NO PPP(Projeto Político Pedagógico) DA ESCOLA?

- 8.1 () Está inserida no PPP
- 8.2 () Não está inserida no PPP
- 8.3 () A escola não possui PPP

9. JÁ PARTICIPOU DE ALGUM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ESCOLAR?

- 9.1 () Sim
- 9.2 () Não

10. PARA VOCÊ QUAL OU QUAIS OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR?

(Assinale até no máximo cinco opções.)*

- 10.1 () Promover mudanças na comunidade
- 10.2 () Atender a algumas demandas de governo
- 10.3 () Situar historicamente a questão socioambiental
- 10.4 () Conhecer os ecossistemas
- 10.5 () Promover o desenvolvimento sustentável
- 10.6 () Promover valores de solidariedade e zelo planetário
- 10.7 () Sensibilizar para o convívio com a natureza
- 10.8 () Dialogar para construção de sociedades sustentáveis

11. ESTA ESCOLA DESENVOLVE PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

11.1 () Sim

11.2 () Não

12. HÀ QUANTO TEMPO ESTÁ ESCOLA DESENVOLVE PROJETOS /PROCESSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

12.1 () Até 1 (um) ano

12.2 () de 1 a 5 anos

12.3 () A mais de 10 anos

13. QUAL A MOTIVAÇÃO QUE LEVOU A ESCOLA A DESENVOLVER ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?*(* Assinale a razão principal)*

13.1 () Conferências Relacionadas ao Meio Ambiente

13.2 () Diretriz do Sistema Educacional Local/Estadual

13.3 () Iniciativa de um professor ou mais

13.4 () Interesse dos alunos

13.5 () Notícias na mídia

13.6 () PCNs Meio Ambiente

13.7 () Políticas e programas Nacional e Estadual de EA

13.8 () Problema ambiental na comunidade

13.9 () Projeto de ONG

13.10 () Projetos desenvolvidos em parcerias com a UFRB**

(**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

14. COMO É TRABALHADA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NESTA ESCOLA?*(* Assinale uma ou mais opções conforme for o caso.)*

14.1 () Disciplina específica

14.2 () Projetos duradouros nas escolas

14.3 () Inserção da temática em disciplinas específicas

14.4 () Inserção no Projeto Político-Pedagógico

14.5 () Aproveitamento de datas e eventos especiais

14.6 () Projetos duradouros envolvendo a comunidade

15. COMO ISTO ACONTECE?*(* Anote uma ou mais respostas, conforme for o caso.)*

15.1 () A partir de uma única disciplina do Currículo

15.2 () A partir da integração entre duas ou mais disciplinas

15.3 () De modo integrado ao PPP

15.4 () A partir de questões socioambientais relacionadas aos conteúdos disciplinares

15.5 () Por meio da atuação conjunta entre professores, alunos e comunidade

15.6 () Sob o enfoque dirigido à solução de Problemas

15.7 () Escolha de um tema gerador para ser trabalhado em diversas disciplinas

C . INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE

20) HOUVE ALGUMA MUDANÇA OU MELHORIA NESTA ESCOLA APÓS A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

	Sim	Não	Ainda não foi possível avaliar
20.1 Houve melhoria no ambiente escolar			
20.2 Há menos lixo na escola			
20.3 Maior participação da comunidade			
20.4 Maior número de trabalho de EA apresentados em feiras culturais ou de ciências			
20.5 Participação em conselhos e comitês comunitários			
20.6 Maior articulação entre os projetos da escola e as necessidades da comunidade			
20.7 Melhorias no entorno da escola			

21. QUAL O MAIOR DESAFIO DA COMUNIDADE ESCOLAR COM RELAÇÃO À INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

(* Assinale uma ou mais opções, conforme o caso.)

- 21.1. () Falta de integração entre professores e direção
 21.2. () Dificuldade da comunidade escolar de entender as questões ambientais
 21.3. () Precariedade de recursos materiais
 21.4. () Falta de recursos humanos qualificados
 21.5. () Falta de tempo para planejamento e realização de atividades extracurriculares
 21.6. () Conflito de interesses entre as disciplinas e/ou professores
 21.7. () Falta de interesse por parte dos alunos

22. CASO QUEIRA UTILIZAR O ESPAÇO EM RELAÇÃO À TEMÁTICA QUE NÃO FOI CONTEMPLADA NO QUESTIONÁRIO

Obs.: Algumas questões foram retiradas ou baseadas no questionário da pesquisa: O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. Brasília: Imprensa Nacional, 2006.

ANEXO II

Foto da Bahia do IGUAPE no Município de Maragogipe/BA (Fotografada por Luis Pereira)



Foto da Fundação Vovó do Mangue em Maragogipe/BA



Foto de Manguezal em Maragogipe/BA



Foto da cidade de Maragogipe/BA